

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	81
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	3.292.527	3.105.004
1.01	Ativo Circulante	316.969	302.455
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.756	48.205
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.762	44.331
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.762	44.331
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	252.451	209.919
1.01.08.03	Outros	252.451	209.919
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	252.116	209.296
1.01.08.03.03	Outros Créditos	335	623
1.02	Ativo Não Circulante	2.975.558	2.802.549
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	77.664	77.660
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.02	Outros Títulos	208	217
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	77.456	77.443
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	77.424	77.402
1.02.01.10.04	Outros Créditos	32	41
1.02.02	Investimentos	2.894.011	2.720.813
1.02.02.01	Participações Societárias	2.894.011	2.720.813
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	121.917	116.358
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.630.785	2.468.490
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	141.309	135.965
1.02.03	Imobilizado	71	138
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5	6
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	66	132
1.02.04	Intangível	3.812	3.938
1.02.04.01	Intangíveis	3.812	3.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.812	3.938

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	3.292.527	3.105.004
2.01	Passivo Circulante	211.747	196.375
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.489	1.538
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.489	1.538
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.489	1.538
2.01.02	Fornecedores	435	900
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	435	900
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.265	34.799
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.173	34.705
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2.863
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	4.225	22.183
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	4.948	9.659
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	92	94
2.01.05	Outras Obrigações	200.558	159.138
2.01.05.02	Outros	200.558	159.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	199.296	157.602
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	1.191	1.395
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	71	141
2.02	Passivo Não Circulante	25.415	25.453
2.02.04	Provisões	25.415	25.453
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.057	22.095
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.222	19.222
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	2.298	2.298
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	537	575
2.02.04.02	Outras Provisões	3.358	3.358
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	3.358	3.358
2.03	Patrimônio Líquido	3.055.365	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.561.699	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	1.287.330
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.874	22.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	172.336	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.158.986	-1.158.839

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	220.996	262.732
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.980	-5.481
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.886	3.788
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	225.090	264.425
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	220.996	262.732
3.06	Resultado Financeiro	-2.933	-2.873
3.06.01	Receitas Financeiras	-2.881	-2.826
3.06.02	Despesas Financeiras	-52	-47
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	218.063	259.859
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	218.063	259.859
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	218.063	259.859
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	5,3347	6,3572
3.99.01.02	PN	5,8682	6,993
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	5,3347	6,3572
3.99.02.02	PN	5,8682	6,993

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	218.063	259.859
4.03	Resultado Abrangente do Período	218.063	259.859

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-31.084	-43.165
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-9.401	-4.085
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	218.063	259.859
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	560	549
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-225.090	-264.425
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	2	-152
6.01.01.06	Juros Pagos	-2	-6
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-38	90
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-2.896	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.683	-39.080
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	5.569	8.835
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-22	-28.249
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	306	-19
6.01.02.04	Fornecedores	-465	-591
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-49	155
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-26.818	-19.374
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-204	163
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.705	21.694
6.02.02	Juros Recebidos Mútuo Celesc D	0	409
6.02.03	Recebimento Principal Mútuo Celesc D	0	15.000
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	8.705	6.285
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-70	-56
6.03.02	Dividendos Pagos	0	-2
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-70	-54
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22.449	-21.527
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.205	26.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.756	5.345

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.874	0	-45.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-45.874	0	-45.874
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	218.210	-147	218.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.063	0	218.063
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	147	-147	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	147	-147	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.561.699	172.336	-1.158.986	3.055.365

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-34.701	0	-34.701
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-34.701	0	-34.701
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	260.019	-160	259.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	259.859	0	259.859
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	160	-160	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	160	-160	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	225.318	-1.050.436	2.846.527

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	5.868	5.458
7.01.02	Outras Receitas	5.868	5.458
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.762	-1.273
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.762	-1.273
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.106	4.185
7.04	Retenções	-560	-549
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-560	-549
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.546	3.636
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	227.064	265.176
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	225.090	264.425
7.06.02	Receitas Financeiras	1.922	912
7.06.03	Outros	52	-161
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	228.610	268.812
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	228.610	268.812
7.08.01	Pessoal	4.152	4.064
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.779	3.725
7.08.01.02	Benefícios	171	160
7.08.01.03	F.G.T.S.	202	179
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.340	4.831
7.08.02.01	Federais	5.933	4.599
7.08.02.03	Municipais	407	232
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55	58
7.08.03.01	Juros	52	47
7.08.03.02	Aluguéis	3	11
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.063	259.859
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	45.874	34.701
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	172.189	225.158

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	11.761.637	11.628.067
1.01	Ativo Circulante	3.896.873	3.678.616
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	878.198	940.684
1.01.03	Contas a Receber	1.954.066	1.758.933
1.01.03.01	Clientes	1.777.097	1.584.123
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.113.654	1.908.703
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-336.557	-324.580
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	176.969	174.810
1.01.04	Estoques	23.175	20.019
1.01.06	Tributos a Recuperar	787.453	699.238
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	787.453	699.238
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	253.981	259.742
1.01.08.03	Outros	253.981	259.742
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	17.820	17.536
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	18.704	20.422
1.01.08.03.04	Outros Créditos	128.565	133.541
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	40.668	40.019
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	47.086	47.086
1.02	Ativo Não Circulante	7.864.764	7.949.451
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.965.478	3.143.744
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.02	Outros Títulos	208	217
1.02.01.04	Contas a Receber	19.256	19.273
1.02.01.04.01	Clientes	16.579	16.775
1.02.01.04.03	Outros Créditos	2.677	2.498
1.02.01.07	Tributos Diferidos	688.479	709.023
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	688.479	709.023
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.257.535	2.415.231
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	356.873	524.780
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	350.013	359.870
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.096.277	1.008.038
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	0	76.448
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	312.473	306.791
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	141.899	139.304
1.02.02	Investimentos	376.723	363.279
1.02.02.01	Participações Societárias	376.723	363.279
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	235.414	227.314
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	141.309	135.965
1.02.03	Imobilizado	138.971	133.865
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.030	35.945
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.112	7.765
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	95.829	90.155
1.02.04	Intangível	4.383.592	4.308.563
1.02.04.01	Intangíveis	4.383.592	4.308.563

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.334.055	4.258.464
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	45.725	46.161
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.812	3.938

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	11.761.637	11.628.067
2.01	Passivo Circulante	4.064.359	3.757.419
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	223.456	227.670
2.01.01.01	Obrigações Sociais	223.456	227.670
2.01.02	Fornecedores	900.274	1.016.513
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	900.274	1.016.513
2.01.03	Obrigações Fiscais	339.012	289.797
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.221	118.891
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	54.547	30.996
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	48.066	49.419
2.01.03.01.03	Outros	14.608	38.476
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	219.740	168.346
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.051	2.560
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	649.211	507.699
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	455.593	297.229
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	379.137	262.833
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	76.456	34.396
2.01.04.02	Debêntures	193.618	210.470
2.01.05	Outras Obrigações	1.709.646	1.473.502
2.01.05.02	Outros	1.709.646	1.473.502
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	199.296	157.602
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	61.138	56.066
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	669.912	753.564
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	1.267	1.579
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	1.124	1.144
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a serem Restituídos a Consumidores	639.887	366.981
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	137.022	136.566
2.01.06	Provisões	242.760	242.238
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	242.760	242.238
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	242.760	242.238
2.02	Passivo Não Circulante	4.641.913	4.987.472
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.766.491	1.941.569
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.408.092	1.545.926
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	276.169	414.003
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.131.923	1.131.923
2.02.01.02	Debêntures	358.399	395.643
2.02.02	Outras Obrigações	747.275	897.732
2.02.02.02	Outros	747.275	897.732
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.188	50.410
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	103.984	106.643
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	116.758	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	478.946	733.963
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	6.399	6.716
2.02.03	Tributos Diferidos	92.859	89.214
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.859	89.214
2.02.04	Provisões	2.035.288	2.058.957

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.909.609	1.935.507
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	31.022	30.847
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	47.091	45.704
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.630.003	1.659.937
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	201.493	199.019
2.02.04.02	Outras Provisões	125.679	123.450
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	123.664	121.027
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.015	2.423
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.055.365	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.561.699	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	1.287.330
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.874	22.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	172.336	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.158.986	-1.158.839

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.606.985	2.677.154
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.438.670	2.815.503
3.01.02	Receita de Construção	275.508	257.232
3.01.03	Receita de Ativos (Passivos) Financeiros (Parcela A - CVA) - CVA	-115.249	-401.839
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	8.056	6.258
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.110.787	-2.136.292
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.621.128	-1.684.411
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-3.689	-2.808
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-210.462	-191.841
3.02.04	Custo de Construção - CPC 47	-275.508	-257.232
3.03	Resultado Bruto	496.198	540.862
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-143.737	-151.396
3.04.01	Despesas com Vendas	-59.989	-58.825
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-150.238	-118.326
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	49.901	10.517
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.589	15.238
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	352.461	389.466
3.06	Resultado Financeiro	-52.896	-19.493
3.06.01	Receitas Financeiras	285.621	97.923
3.06.02	Despesas Financeiras	-338.517	-117.416
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	299.565	369.973
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.502	-110.114
3.08.01	Corrente	-57.311	-142.301
3.08.02	Diferido	-24.191	32.187
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	218.063	259.859
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	218.063	259.859
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	218.063	259.859
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	5,3347	6,3572
3.99.01.02	PN	5,8682	6,993
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	5,3347	6,3572
3.99.02.02	PN	5,8682	6,993

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	218.063	259.859
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	218.063	259.859
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	218.063	259.859

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	238.813	554.220
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	442.018	550.057
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	299.565	369.973
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	73.669	67.480
6.01.01.03	Perda com Baixa de Ativo imobilizado/Intangível	14.499	14.659
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-16.589	-15.238
6.01.01.05	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-8.056	-6.258
6.01.01.06	Perda com Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.005	31
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias	128.107	119.899
6.01.01.10	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	6.265	12.577
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	33.595	28.916
6.01.01.12	Crédito PIS/COFINS Depreciação	64	166
6.01.01.14	Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos	0	-6
6.01.01.15	Atualização/ Juros Retorno/ Bonificação de Outorga/ Ind. Proj. Usina Pery	-24.482	-28.850
6.01.01.16	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	30.556	22.227
6.01.01.17	Juros Pagos	-65.209	-33.317
6.01.01.18	IR e CSLL Pagos	-30.971	-2.202
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-203.205	4.163
6.01.02.01	Contas a Receber	-219.020	-298.714
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	79.692	104.924
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	9.857	-20.745
6.01.02.04	Estoques	-3.156	-2.054
6.01.02.05	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga, Ind. Proj. Básico Us Pery)	324.400	329.946
6.01.02.08	Ativo Bônus Escassez Hídrica	0	10.709
6.01.02.09	Outras Contas - Ativo	-1.669	-20.656
6.01.02.10	Fornecedores	-116.239	-206.679
6.01.02.11	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-13.436	-13.263
6.01.02.12	Tributos a recolher	18.695	167.729
6.01.02.13	Passivo Financeiro - CVA	-199.574	254.088
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-1.680	-170.469
6.01.02.15	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-10.553	0
6.01.02.17	Passivo Atuarial	-70.958	-60.076
6.01.02.18	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-20	-97.154
6.01.02.19	Outras Contas - Passivo	456	26.577
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-244.692	-212.174
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-249.188	-213.774
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-152	-260
6.02.05	Dividendos Recebidos	4.648	1.860
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.607	521.269
6.03.01	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-629	-1.978
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-939	-61.261
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	0	610.000
6.03.05	Pagamento de Dividendos	0	-2

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-55.039	-25.490
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-62.486	863.315
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	940.684	844.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	878.198	1.707.403

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.874	0	-45.874	0	-45.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-45.874	0	-45.874	0	-45.874
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	218.210	-147	218.063	0	218.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.063	0	218.063	0	218.063
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	147	-147	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	147	-147	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.561.699	172.336	-1.158.986	3.055.365	0	3.055.365

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-34.701	0	-34.701	0	-34.701
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-34.701	0	-34.701	0	-34.701
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	260.019	-160	259.859	0	259.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	259.859	0	259.859	0	259.859
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	160	-160	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	160	-160	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	225.318	-1.050.436	2.846.527	0	2.846.527

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	4.066.136	4.495.808
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.727.897	4.189.098
7.01.02	Outras Receitas	93.287	71.705
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	275.508	257.232
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-30.556	-22.227
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.213.161	-2.282.963
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.785.739	-1.876.135
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-151.914	-149.596
7.02.04	Outros	-275.508	-257.232
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-275.508	-257.232
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.852.975	2.212.845
7.04	Retenções	-73.733	-67.646
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.733	-67.646
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.779.242	2.145.199
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	321.421	126.362
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.589	15.238
7.06.02	Receitas Financeiras	304.644	111.195
7.06.03	Outros	188	-71
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.100.663	2.271.561
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.100.663	2.271.561
7.08.01	Pessoal	178.642	165.809
7.08.01.01	Remuneração Direta	105.287	101.945
7.08.01.02	Benefícios	64.866	56.259
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.489	7.605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.363.221	1.740.077
7.08.02.01	Federais	794.368	839.589
7.08.02.02	Estaduais	565.950	898.453
7.08.02.03	Municipais	2.903	2.035
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	340.737	105.816
7.08.03.01	Juros	336.327	103.406
7.08.03.02	Aluguéis	4.410	2.410
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.063	259.859
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	45.874	34.701
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	172.189	225.158

1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas, no primeiro trimestre de 2023, chegaram a R\$306,4 milhões, superando em mais de 11,31% os R\$275,3 milhões do mesmo período de 2022, evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	31.03.2023		31.03.2022		Consolidado
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Análise Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	300.145	97,93%	273.008	99,16%	9,94%
Recursos Próprios	243.002	-	211.711	-	-
Participação Financeira do Consumidor	57.143	-	61.297	-	-
Geração de Energia Elétrica	6.339	2,07%	2.323	0,84%	172,88%
Participações Societárias	152	-	260	-	-
Parque Gerador Próprio	6.187	-	2.063	-	-
Total	306.484	100%	275.331	100%	11,31%

Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R\$300,1 milhões foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$243,0 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$226,2 milhões em materiais e serviços, R\$16,8 milhões em mão de obra própria) e R\$57,1 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 7 de dezembro de 2021.

Geração de Energia Elétrica

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no primeiro trimestre de 2023, pela Celesc G, R\$3,9 milhões foram utilizados para compra e montagem do gerador fotovoltaico de 1MW para a UFV Campos Novos; R\$439,0 mil foram gastos com painel de serviços auxiliares e quadro de comando para comporta da US Pery; R\$410,0 mil foram alocados no projeto executivo mecânico, contentor plástico de 1.000 ml e drone com acessórios da US Salto; R\$332,0 mil foram aplicados na automação de usina e projeto executivo elétrico da US Celso Ramos, R\$257,0 mil foram desembolsados em automação de usina e mão de obra da US Caveiras e R\$222,0 mil foram aplicados nos custos comuns de implantação do projeto da UFV Lages.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2023 com desvalorização de 7,16%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou desvalorização de 4,9% no trimestre.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram desvalorização de 7,85% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram desvalorização de 1,23%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2023 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %	
	31.03.2023	1º TRI 2023	Em 12 meses	
Celesc PN	R\$ 49,07	-7,85%	-11,17%	
Celesc ON	R\$ 48,37	-1,23%	-7,69%	
IBOVESPA	101.882	-7,16%	-15,10%	
IEE	74.827	-4,90%	-12,01%	

Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

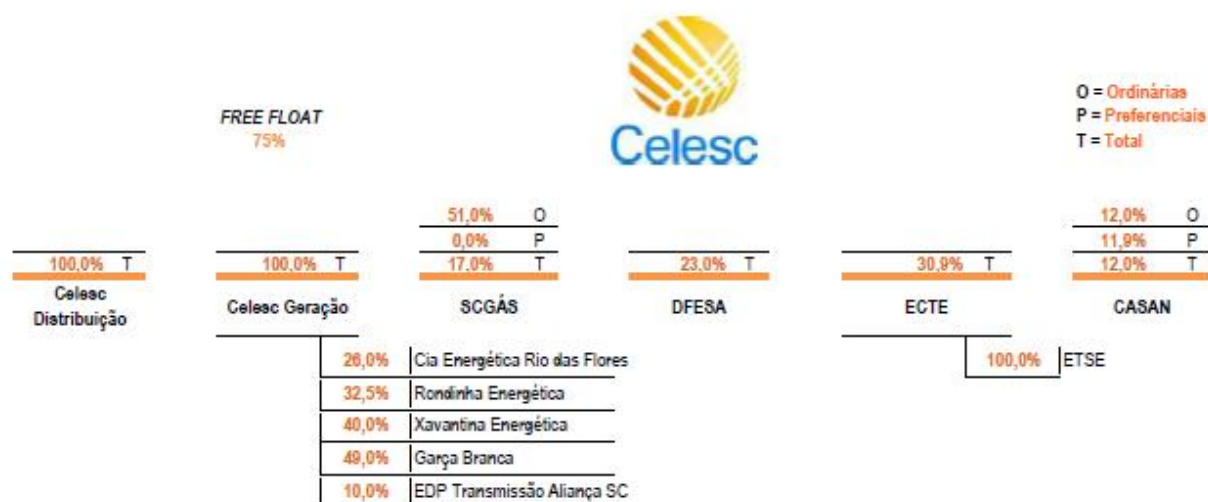
Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de março de 2023, conforme demonstrado acima, são: R\$49,07 (quarenta e nove reais e sete centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$48,37 (quarenta e oito reais e trinta e sete centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 31 de março de 2023, está apresentada no organograma a seguir:

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

março/2023

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	0,03% ON	8,63% ON	2,97% ON	0,00% ON	5,09% ON
0,00% PN	27,73% PN	17,98% PN	1,00% PN	13,67% PN	15,34% PN	24,28% PN
20,20% T	29,90% T	10,75% T	4,07% T	9,36% T	9,16% T	16,58% T



4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2023, com um quadro funcional de 3.886 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.824 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	Consolidado		
	31.03.2023	31.03.2022	Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	4.003.404	4.446.330	-9,96%
Receita Operacional Líquida - ROL	2.606.985	2.677.154	-2,62%
Resultado Operacional	352.461	389.466	-9,50%
EBITDA	426.130	456.946	-6,74%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	16,35%	17,07%	-0,72 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	8,36%	9,71%	-1,34 p.p.
Resultado Financeiro	(52.896)	(19.493)	171,36%
Ativo Total	11.761.637	12.919.089	-8,96%
Imobilizado	138.971	128.565	8,09%
Patrimônio Líquido	3.055.365	2.846.527	7,34%
Lucro Líquido	218.063	259.859	-16,08%

5.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

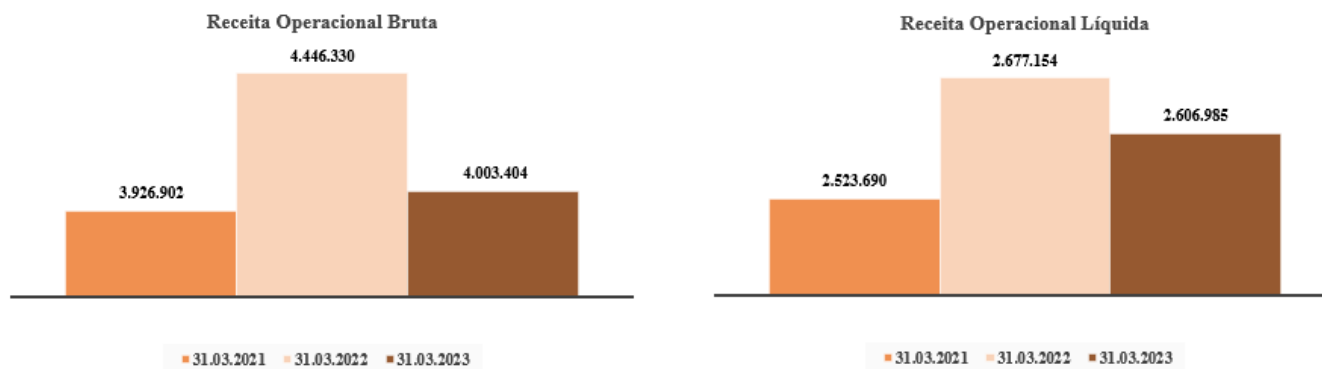
A Receita Operacional Bruta – ROB, no primeiro trimestre de 2023, foi de R\$4,0 bilhões, quase 10% menor que a realização no mesmo período de 2022, que foi de R\$4,4 bilhões.

Na Celesc D, o menor desempenho da ROB foi determinado, entre outros fatores, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/Mwh. Essa resolução vigorou no período de setembro de 2021 à abril de 2022 e produziu reflexos na ROB no primeiro trimestre de 2022. Outro fator relevante para a redução da ROB e, conseqüente, desproporcionalidade com a ROL foi a redução da alíquota de ICMS, por meio da Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022, com efeitos a partir de 1º de julho de 2022, que limitou as alíquotas de ICMS

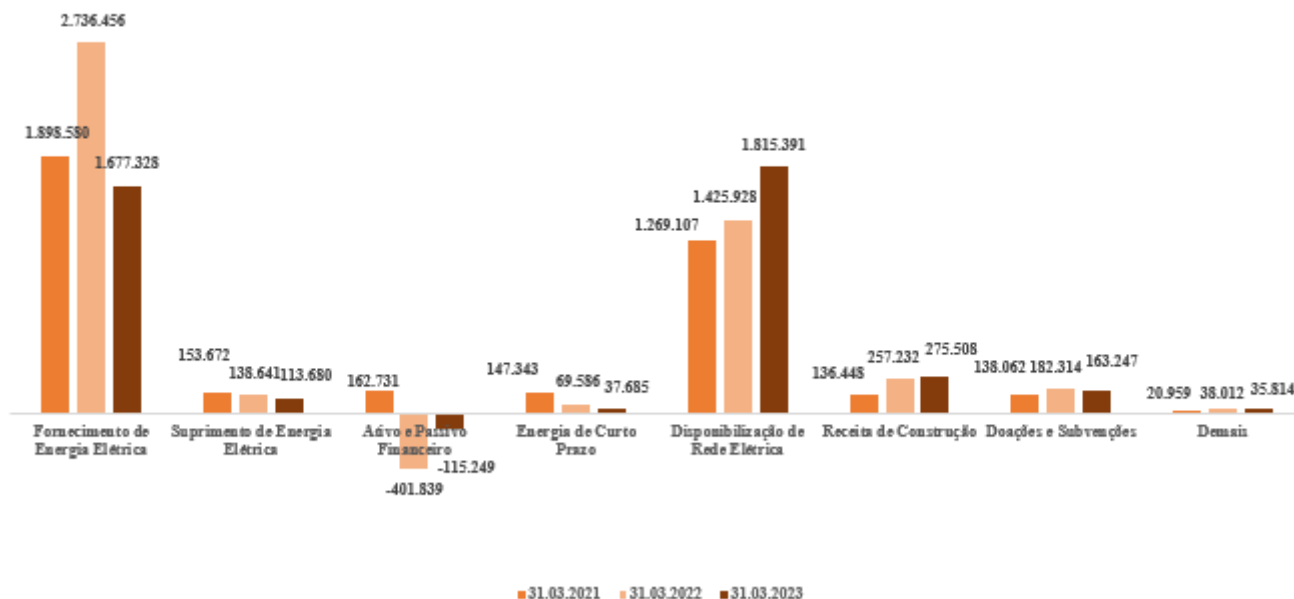
nos Estados, tributo considerado no faturamento de energia elétrica nas distribuidoras. Em SC, a regulamentação da LC nº 194/2022 se deu pela Lei Ordinária nº 18.521, de 3 de novembro de 2022, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2022, também.

Na Celesc G, o reflexo na redução da ROB está relacionado com a diminuição da venda de energia no mercado de curto prazo e, principalmente, com o reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que são atualizados pelo IPCA e registrados nesse grupo. Estas receitas de juros e atualizações monetárias foram de R\$28,9 milhões no primeiro trimestre de 2022 para R\$24,5 milhões no mesmo período de 2023, configurando uma redução de 15%, aproximadamente.

No mesmo período de 2023, a Receita Operacional Líquida – ROL foi de R\$2,6 bilhões, resultando uma redução de aproximadamente 2,6% em comparação a 2022, que foi de R\$2,7 bilhões. A desproporcionalidade do percentual de reduções entre a ROB e a ROL é justificada pela redução do ICMS, que é um imposto por dentro e, naturalmente, provoca a devida desproporção.

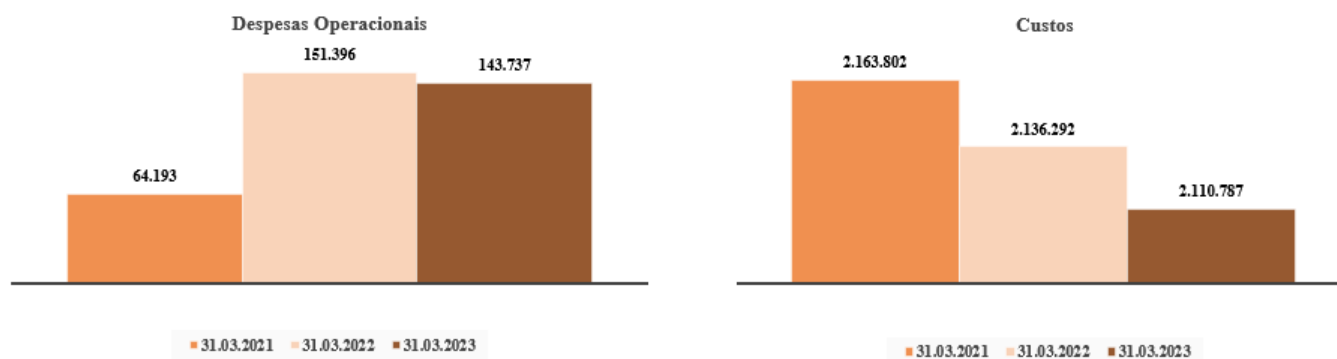


Composição da Receita Bruta



5.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de 1,45%, aproximadamente, quando comparado o primeiro trimestre de 2023 e 2022. Os custos com energia reduziram 1,19% e as despesas operacionais reduziram 5,06% nos períodos analisados.



Na Celesc D, houve uma redução de, aproximadamente, R\$36,1 milhões nos custos e despesas operacionais. A principal justificativa é a redução de 14,6% verificada no custo com encargo de uso de sistema e o aumento de outras receitas operacionais (compartilhamento de infraestrutura, recuperação de despesa de PIS/COFINS a restituir ao consumidor e taxa de arrecadação).

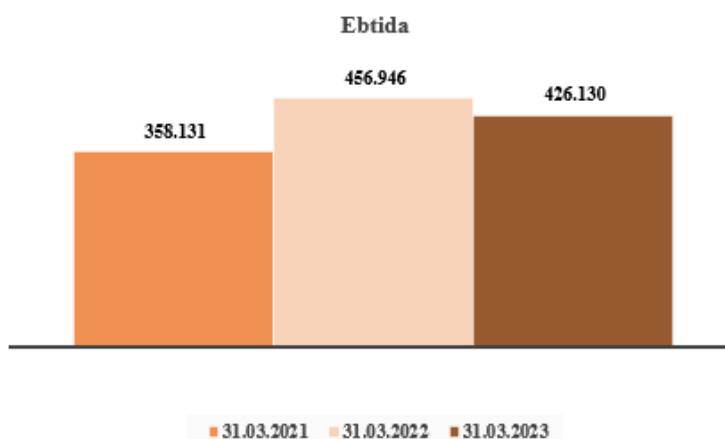
Na Celesc G, houve uma redução de, aproximadamente, R\$951,0 mil nos custos e despesas operacionais, destacando-se o aumento de 8,9% no resultado de equivalência patrimonial das investidas.

5.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022
Lucro Líquido	218.063	259.859
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	81.502	110.114
Resultado Financeiro	52.896	19.493
Depreciação e Amortização	73.669	67.480
EBITDA	426.130	456.946

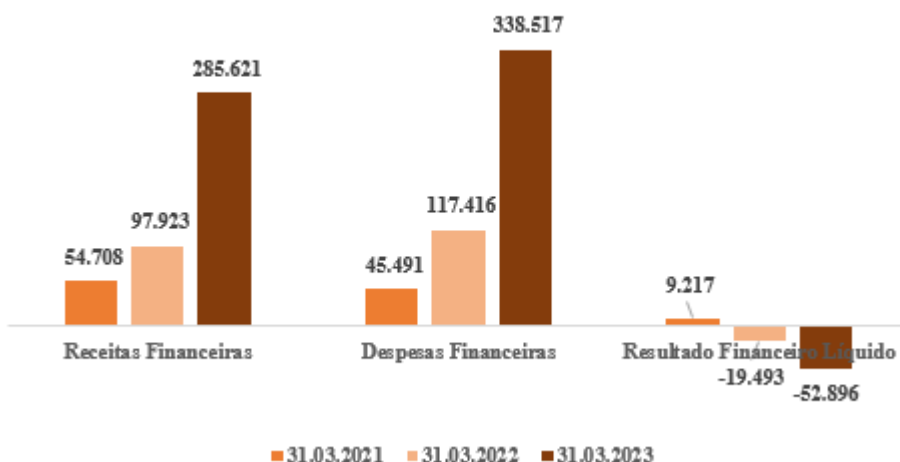
O EBITDA no primeiro trimestre de 2023 atingiu o valor de R\$426,1 milhões, aproximadamente, 6,74% inferior ao mesmo período de 2022, que foi de R\$456,9 milhões.



5.4. Resultado Financeiro

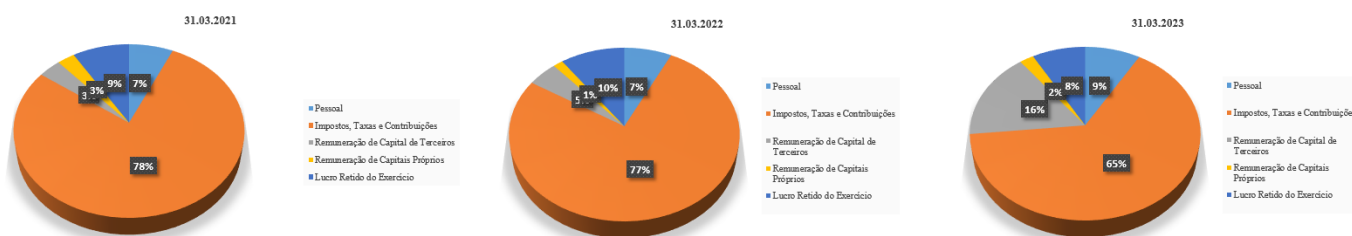
O Resultado Financeiro no primeiro trimestre de 2023 foi negativo em R\$52,9 milhões. Considerando o resultado negativo de R\$19,5 milhões no mesmo período de 2022, a redução de R\$33,4 milhões nesse grupo foi consequência, principalmente, do significativo aumento nos juros e atualizações monetárias das dívidas das subsidiárias Celesc D e Celesc G, sobretudo as remuneradas pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Na Celesc D há, ainda, a redução da atualização monetária de ativos financeiros setoriais.

Resultado Financeiro Líquido



5.5. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes “Pessoal”, “Impostos, Taxas e Contribuições”, “Remuneração do Capital de Terceiros” e “Remuneração do Capital Próprio”, permanecendo uma parte como “Lucro Retido do Exercício”, nas seguintes proporções:



5.6. Índices Econômico-Financeiros

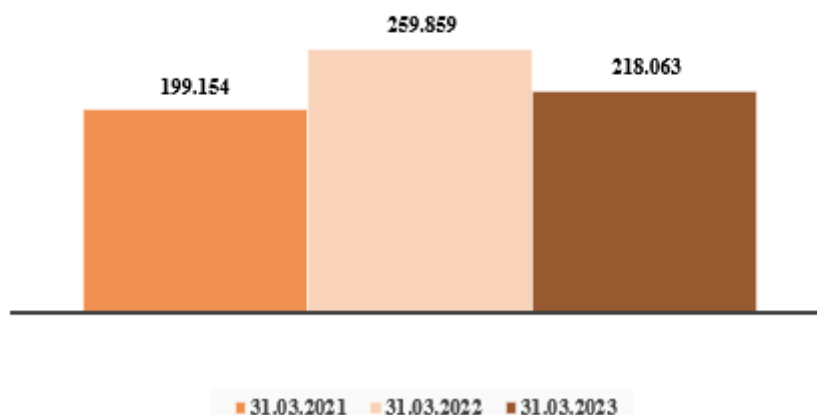
Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado		
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2021
Liquidez Geral	0,79	0,85	0,76
Liquidez Corrente	0,96	1,38	1,19
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	7,68%	10,33%	9,56%
Endividamento Geral	74,02%	77,97%	79,26%

5.7. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no período de janeiro a março de 2023, um Lucro Líquido de R\$218,1 milhões, representando uma redução de 16,1% se comparado ao mesmo período de 2022, cujo valor foi de R\$259,9 milhões. A redução é justificada, principalmente, pela redução da Receita operacional Bruta – ROB.

Lucro Líquido



6. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. A ANEEL, por meio do submódulo 2.2 do PRORET – Custos Operacionais e Inadimplência Regulatória, estabelece os conceitos relacionados à Inadimplência Regulatória, valor com cobertura tarifária, que considera a soma dos faturamentos não recebidos entre 49 e 60 meses.

Para o cálculo de Inadimplência é necessário dividi-la pela Receita Operacional Bruta do Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Disponibilização de Rede Elétrica e Serviço Taxado e verificar as alterações percentuais.

No primeiro trimestre de 2023, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentram a maior parte das ações de cobrança), teve um aumento de 0,64 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e a inadimplência acima de 90 dias apresentou um aumento de 0,28 pontos percentuais, passando de 3,31% para 3,59%. A inadimplência total, comparada ao trimestre anterior, mostra um aumento de 0,91 pontos percentuais, aproximadamente 6,17% da Receita Operacional Bruta.

A tabela a seguir demonstra a evolução da inadimplência da Celesc D:

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 4T22
	1T22		2T22		3T22		4T22		1T23		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	226.136	1,62%	160.810	1,13%	139.713	1,02%	149.515	1,14%	200.119	1,61%	+0,47 p.p
Industrial	36.430	0,26%	31.124	0,22%	24.935	0,18%	29.481	0,22%	30.672	0,25%	+0,03 p.p
Comercial	69.353	0,50%	49.325	0,35%	52.387	0,38%	45.524	0,35%	57.102	0,46%	+0,11 p.p
Rural	19.968	0,14%	12.626	0,09%	10.514	0,08%	13.232	0,10%	16.567	0,13%	+0,03 p.p
Poder Público	584	0,00%	690	0,00%	308	0,00%	3.716	0,03%	370	0,00%	-0,03 p.p
Iluminação Pública	45	0,00%	8	0,00%	69	0,00%	7	0,00%	45	0,00%	0,00 p.p
Serviço Público	35	0,00%	52	0,00%	43	0,00%	37	0,00%	117	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	757	0,01%	1.213	0,01%	929	0,01%	1.355	0,01%	1.509	0,01%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	2.913	0,02%	1.548	0,01%	1.018	0,01%	2.245	0,02%	2.900	0,02%	0,00 p.p
Diversos Créditos	15.127	0,11%	16.162	0,11%	1.333	0,01%	8.069	0,06%	10.416	0,08%	+0,02 p.p
Serviço Taxado	870	0,01%	988	0,01%	10.927	0,08%	1.029	0,01%	1.006	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	561	0,00%	921	0,01%	1.194	0,01%	1.140	0,01%	747	0,01%	0,00 p.p
Total	372.779	2,67%	275.467	1,94%	243.370	1,78%	255.349	1,94%	321.570	2,58%	+0,64 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	13.953.982		14.187.254		13.660.528		13.141.773		12.452.993		

Classes	Inadimplência acima de 90 dias										Variação 4T22
	1T22		2T22		3T22		4T22		1T23		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Residencial	188.356	1,35%	198.853	1,40%	207.423	1,52%	211.208	1,61%	216.812	1,74%	+0,13 p.p
Industrial	235.143	1,69%	75.564	0,53%	74.803	0,55%	72.113	0,55%	73.654	0,59%	+0,04 p.p
Comercial	142.119	1,02%	107.012	0,75%	103.605	0,76%	106.683	0,81%	110.874	0,89%	+0,08 p.p
Rural	11.616	0,08%	9.917	0,07%	10.331	0,08%	10.722	0,08%	10.959	0,09%	+0,01 p.p
Poder Público	8.861	0,06%	309	0,00%	301	0,00%	302	0,00%	284	0,00%	0,00 p.p
Iluminação Pública	16.485	0,12%	3.144	0,02%	1.717	0,01%	1.418	0,01%	1.148	0,01%	0,00 p.p
Serviço Público	183	0,00%	15	0,00%	13	0,00%	24	0,00%	21	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	2.883	0,02%	35	0,00%	1.248	0,01%	1.248	0,01%	1.248	0,01%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	10.536	0,08%	2.233	0,02%	3.848	0,03%	1.445	0,01%	1.488	0,01%	0,00 p.p
Diversos Créditos	31.840	0,23%	24.699	0,17%	933	0,01%	25.430	0,19%	25.639	0,21%	+0,02 p.p
Serviço Taxado	3.761	0,03%	3.799	0,03%	26.207	0,19%	3.899	0,03%	4.000	0,03%	0,00 p.p
Participação Financeira	1.038	0,01%	829	0,01%	2.100	0,02%	902	0,01%	1.010	0,01%	0,00 p.p
Total	652.821	4,69%	426.409	3,00%	432.529	3,17%	435.394	3,31%	447.138	3,59%	+0,28 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em											
R\$ Mil	13.953.982		14.187.254		13.660.528		13.141.773		12.452.993		

Classes	Inadimplência Total										Variação 4T22
	1T22		2T22		3T22		4T22		1T23		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Residencial	414.492	2,97%	359.663	2,54%	347.136	2,54%	360.723	2,74%	416.931	3,35%	+0,61 p.p
Industrial	271.573	1,95%	106.689	0,75%	99.738	0,73%	101.594	0,77%	104.326	0,84%	+0,07 p.p
Comercial	211.472	1,52%	156.337	1,10%	155.992	1,14%	152.208	1,16%	167.976	1,35%	+0,19 p.p
Rural	31.584	0,23%	22.542	0,16%	20.845	0,15%	23.954	0,18%	27.526	0,22%	+0,04 p.p
Poder Público	9.445	0,07%	999	0,01%	609	0,00%	4.018	0,03%	654	0,01%	-0,02 p.p
Iluminação Pública	16.530	0,12%	3.152	0,02%	1.786	0,01%	1.424	0,01%	1.193	0,01%	0,00 p.p
Serviço Público	218	0,00%	67	0,00%	56	0,00%	60	0,00%	138	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	3.640	0,03%	1.248	0,01%	2.177	0,02%	2.603	0,02%	2.757	0,02%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	13.449	0,10%	3.781	0,03%	4.866	0,04%	3.689	0,03%	4.388	0,04%	+0,01 p.p
Diversos Créditos	46.967	0,34%	40.863	0,29%	2.266	0,02%	33.500	0,25%	36.055	0,29%	+0,04 p.p
Serviço Taxado	4.631	0,03%	4.786	0,03%	37.134	0,27%	4.928	0,04%	5.006	0,04%	0,00 p.p
Participação Financeira	1.599	0,01%	1.750	0,01%	3.294	0,02%	2.042	0,02%	1.757	0,01%	-0,01 p.p
Total	1.025.600	7,37%	701.877	4,95%	675.899	4,95%	690.742	5,26%	768.708	6,17%	+0,91 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em											
R\$ Mil	13.953.982		14.187.254		13.660.528		13.141.773		12.452.993		

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31.03.2023					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.600	2,96	3.149.300	13,67	3.609.900	9,36
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	789.952	5,09	5.595.869	24,28	6.385.821	16,56
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

8. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2023 representando 0,58% do capital social total da Companhia, detendo o total de 225.010 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	225.010	0,58%
Investidores Nacionais	38.346.581	99,42%
Total	38.571.591	100,00

9. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	20	-	-	0,00%	20	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.457	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.584	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.457	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.584	75,46%

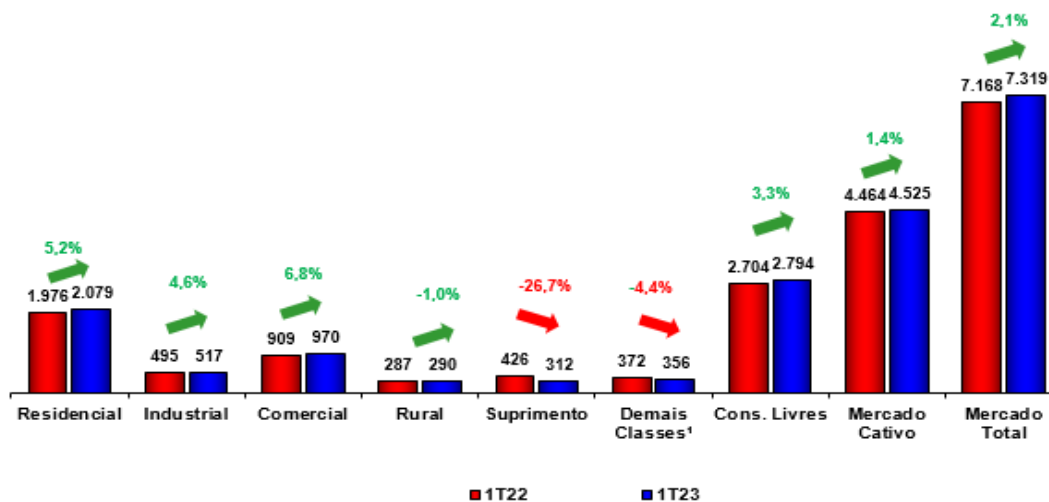
10. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.457	40,56	22.810.127	98,98	29.107.584	75,46

11. BALANÇO ENERGÉTICO

O mercado cativo da Celesc D apresentou aumento de 1,4% no primeiro trimestre de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.525 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 2,1%, atingindo 7.319 GWh.

No gráfico a seguir, podem ser observados os valores de consumo de cada classe no mercado cativo, como também o do mercado total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2023		2022		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
					2023	2023	2022	2022	23-22	23-22
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	1.451.474	1.451.474	1.743.867	1.743.867	48,2%	48,2%	45,8%	45,8%	-16,8%	-16,8%
Industrial	367.878	367.878	504.973	504.973	12,2%	12,2%	13,3%	13,3%	-27,1%	-27,1%
Comercial	704.449	704.449	911.178	911.178	23,4%	23,4%	23,9%	23,9%	-22,7%	-22,7%
Rural	195.873	195.873	255.443	255.443	6,5%	6,5%	6,7%	6,7%	-23,3%	-23,3%
Poder Público	87.185	87.185	105.495	105.495	2,9%	2,9%	2,8%	2,8%	-17,4%	-17,4%
Iluminação Pública	57.704	57.704	90.101	90.101	1,9%	1,9%	2,4%	2,4%	-36,0%	-36,0%
Serviço Público	52.258	52.258	79.227	79.227	1,7%	1,7%	2,1%	2,1%	-34,0%	-34,0%
Suprimento	94.592	94.592	116.880	116.880	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%	-19,1%	-19,1%
TOTAL	3.011.413	3.011.413	3.807.164	3.807.164	100%	100%	100%	100%	-20,9%	-20,9%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	2.079.319	2.079.319	1.975.605	1.975.605	46,0%	46,0%	44,3%	44,3%	5,2%	5,2%
Industrial	517.095	517.095	494.530	494.530	11,4%	11,4%	11,1%	11,1%	4,6%	4,6%
Comercial	970.481	970.481	908.621	908.621	21,4%	21,4%	20,4%	20,4%	6,8%	6,8%
Rural	289.514	289.514	286.531	286.531	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	1,0%	1,0%
Poder Público	127.148	127.148	121.316	121.316	2,8%	2,8%	2,7%	2,7%	4,8%	4,8%
Iluminação Pública	145.180	145.180	167.716	167.716	3,2%	3,2%	3,8%	3,8%	-13,4%	-13,4%
Serviço Público	83.641	83.641	83.319	83.319	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	0,4%	0,4%
Suprimento	312.230	312.230	425.935	425.935	6,9%	6,9%	9,5%	9,5%	-26,7%	-26,7%
TOTAL	4.524.608	4.524.608	4.463.573	4.463.573	100%	100%	100%	100%	1,4%	1,4%

13. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 73: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

14. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 12 de maio de 2023.

A Administração

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias em direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, têm como atividades preponderantes a distribuição, a geração e a transmissão de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto, Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

No Balanço Patrimonial consolidado do primeiro trimestre de 2023, a Companhia apresentou um cálculo de capital circulante líquido no valor de 0,96. Tal índice ficou abaixo de 1,00, sobretudo, por uma parte significativa da dívida ter alcançado o *status* de curto prazo. Além disso, passaram a integrar o passivo financeiro de curto prazo, nesse exercício: a) o Bônus de Itaipu, um componente financeiro negativo, que visa amenizar o reajuste tarifário anual das distribuidoras, é recebido à vista e entrará no próximo processo, reduzindo o valor da receita requerida e, conseqüentemente o índice de reajuste; b) o valor recebido referente à parcela da venda da Eletrobras destinada à modicidade tarifária; c) a parcela do valor a devolver aos consumidores referente ao crédito da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, previsto na Lei nº 14.385/2022, que foi contemplada no reajuste tarifário anual da Celesc D, em 22 de agosto de 2022, também transferida de outros passivos no passivo não circulante para passivos financeiros setoriais no circulante. A administração não observa risco relacionado a descontinuidade das atividades, em virtude destes valores terem seu impacto financeiro diluído ao longo do exercício com a redução da tarifa na fatura de energia dos consumidores.

1.1. Relatório ESG

As ações em ESG, sigla em inglês que advém dos termos *environmental* (ambiental), *social* (social) e *governance* (governança), encontram respaldo no Plano Diretor Celesc 25-35, documento que define o planejamento estratégico da Companhia no longo prazo, especificamente no que concerne ao Objetivo Estratégico de “Garantir práticas éticas e sustentáveis, ambiental e socialmente”.

Além disso, a Celesc reforça o comprometimento com os princípios de sustentabilidade em seus valores e princípios, bem como suas políticas corporativas, seus projetos socioambientais, de governança e de eficiência energética. A Companhia não mapeou riscos relacionados ao tema e não possui impacto contábil.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc assinou, em 22 de julho de 1999, o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização, em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos. O Contrato de Concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D é subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.343.191 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

NOTAS Explicativas

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que, nos primeiros 5 (cinco) anos, haveria metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão. Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão. Em dezembro de 2022, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.478/2022, reconhecendo o cumprimento dos indicadores técnicos de continuidade e a eficiência em relação à gestão econômico-financeira da Empresa no ano de 2021.

A Empresa tem apurado seus indicadores dentro dos limites regulatórios e vem apresentando uma trajetória positiva ao longo do período.

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.094 e Nota Técnica nº 161, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela Celesc D partir de 22 de agosto de 2022.

No reajuste tarifário de 2022, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 11,32%, tem a participação de 8,23% de encargos setoriais, 3,09% de custos com transmissão, 4,13% com despesas de energia, 1,92% com os custos da distribuidora, -5,62% relativo aos componentes financeiros do processo atual e -0,63% relativo à retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior. Já a Parcela B (Custos Gerenciáveis) correspondeu a 1,92%, do reajuste tarifário. Devido a itens financeiros que contribuíram para a redução tarifária, o efeito para o consumidor acabou sendo minimizado.

c) Bandeiras Tarifárias

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no primeiro trimestre de 2023, foram:

Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R\$/mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R\$/mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Verde	3.899	-	251/2023
Fevereiro	Verde	3.819	-	579/2023
Março	Verde	4.175	-	866/2023

d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016 e assim obter o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreu em 22 de agosto de 2016.

Em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2019, foi proferida sentença de mérito contrária ao pleito da Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, sendo que ainda se aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Junto à ANEEL, a Celesc D solicitou diferimento do valor (que seria deduzido de sua cobertura tarifária) em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65,8 milhões, deixando para discussão do saldo remanescente no processo tarifário subsequente.

No RTA de 2020, o mesmo método foi adotado considerando o pedido realizado formalmente à Agência Reguladora de diferimento em 5 processos e desta vez com o tratamento do montante de R\$68,5 milhões como um redutor, correspondendo a segunda parcela.

NOTAS Explicativas

Na RTP de 2021, o montante redutor foi de R\$70,2 milhões, correspondendo a terceira parcela (3/5). A Agência ficou de avaliar a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor remanescente, sendo acatada a alternativa do diferimento.

No processo de Reajuste Tarifário Anual de 2022, o valor foi novamente diferido, sendo então considerada a quarta parcela de um total de cinco como um componente redutor. O valor foi considerado como um componente financeiro de R\$76,8 milhões, trazendo um efeito redutor de -0,79% aos consumidores.

O saldo remanescente em 31 de março de 2023 é de R\$83,7 milhões, sendo atualizado mensalmente pela Selic e registrado como contingência regulatória.

e) Bônus de Itaipu

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 3.093, de 16 de agosto de 2022, aprovou o diferimento dos pagamentos das distribuidoras à ENBpar referente ao repasse da potência contratada de Itaipu, para fins de modicidade tarifária, nos termos do Decreto nº 11.027/2022. Os valores foram transferidos da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu para as concessionárias para complementar os pagamentos da despesa com o repasse da potência contratada de Itaipu.

Os valores repassados serão recompostos à Conta de Comercialização de Energia de Itaipu a partir dos respectivos processos tarifários de 2024 das concessionárias que receberam o recurso. As quotas mensais serão definidas para os dozes meses subsequentes ao respectivo processo tarifário de 2024, devendo ser recolhidas diretamente à ENBpar até o dia 10 do mês seguinte ao da competência. Os valores a serem recompostos observarão a remuneração pela Taxa SELIC do período.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005, decorrente do processo de desverticalização do setor elétrico.

A Celesc G é subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Parque Gerador

Em 31 de março de 2023, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em processo de reativação, todas localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial é de 126,51 MW (não auditado), sendo 115,27 MW (não auditado) referentes ao parque próprio e 11,24 MW (não auditado) referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos. A central geradora hidrelétrica em processo de reativação agregará 1MW de potência instalada ao parque gerador próprio da Celesc G.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

2.1.2.2. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física(MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Piraí	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
Total			115,27	70,16	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

NOTAS Explicativas**2.1.2.3. Parque Gerador com Participação Minoritária****2.3. Parque Gerador com Participação Minoritária**

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06//2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)*	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(*) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(**) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

2.1.2.4. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

O Plano de Negócio em Geração Distribuída, aprovado pela empresa em dezembro de 2021 e revisado ao final de 2022, prevê a implantação de até 14,6 MW em projetos solares fotovoltaicos entre os anos de 2022 e 2023, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc.

Destaca-se que 12 MW já se encontram em implantação, conforme abaixo:

UFV GD Remota	Localização	Potência Inst. (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UFV Lages I	Lages/SC	1,00	Fev/2023	Em operação comercial
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	1,00	Abr/2023	Em construção
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	2,50	Jun/2023	Em construção
UFV Modelo	Modelo/SC	2,50	Jul/2023	Em construção
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Dez/2023	Em licitação
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Dez/2023	Em licitação
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	Dez/2023	Em licitação
Total		12,00		

Destaca-se ainda que os 2,6 MW adicionais, aprovados na última revisão do Plano de Negócio em GD, serão prospectados no decorrer de 2023. Essa expansão de portfólio também estará atrelada, sobretudo, ao enquadramento dos projetos na janela regulatória da Lei nº 14.300/2022.

Todos os projetos estão contemplados dentro da janela regulatória prevista na Lei, a qual traz a manutenção das regras atuais do sistema de compensação de energia até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

Quanto aos empreendimentos hídricos, a tabela a seguir apresenta os projetos de ampliação/reactivação das usinas próprias e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Empresa busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reactivação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	(**)	Análise EPE/ANEEL
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2024	Em construção
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	5,57	9,40	(**)	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(**) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

2.1.2.5. EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

A EDP Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017.

2.1.2.6. Comercialização de Energia

A Celesc G, desde sua constituição, realiza a comercialização da energia elétrica produzida pelo parque gerador próprio e de algumas de suas participadas. Mais recentemente, em atendimento às diretrizes estratégicas do Plano Diretor, visando a diversificação dos negócios do Grupo, de forma a propiciar novos negócios e receitas, maximizando os benefícios de sua presença territorial, a Companhia aprovou o Plano de Negócio de Comercialização de Energia, que amplia a atuação da Celesc G nesse segmento.

Para tanto, a Empresa:

- aprovou sua Política de Riscos, a qual traz a metodologia de cálculo de risco da carteira, procedimentos, controles para mitigar os riscos de mercado e risco de crédito da contraparte e os limites de exposição ao risco de mercado escalonados de acordo com o período do vencimento do produto ofertado;
- constituiu um Comitê de Preços de Energia com atribuição de definir os referenciais de preços futuros (*forward*) e de curto prazo (*spot*) que serão praticados nas negociações em comercialização de energia na semana (num horizonte máximo de cinco anos) e utilizados nos cálculos do risco de mercado do portfólio de energia da Celesc G, visando uma melhor estratégia de definição de preços de energia, bem como resguardar a Celesc de possíveis perdas por exposição excessiva aos riscos existentes;
- regulamentou internamente os níveis de competência e alçada de aprovação dos processos de comercialização de energia elétrica;
- implantou um website específico de Comercialização e Soluções em Energia, visando ao atendimento adequado e exclusivo a esse segmento de clientes; e
- divulgou uma campanha publicitária com a temática “Soluções em Energia”, que além de Comercialização de Energia apresenta também a atuação em Geração Distribuída.

2.1.2.7. Ambiente Regulatório**a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2022/2023**

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.068, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2022/2023, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$18,6 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil)	Receita Mensal (R\$/mil)
	Ciclo 2022/2023	Ciclo 2022/2023
UHE Pery	26.615	2.218
UHE Garcia	12.417	1.035
UHE Bracinho	15.547	1.296
UHE Cedros	11.386	949
UHE Palmeiras	24.186	2.016
UHE Salto	8.073	673

2.1.2.9. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio**a) Ampliação da CGH Caveiras**

Em 2018, a Celesc G protocolou na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

Ano	Ato Legal	Ação
2018	Despacho nº 3.005/2018	Conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação
Set/2020	Despacho nº 2.752/2020	Aprovou a revisão dos Estudos de Inventário do rio Caveiras e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento hidrelétrico
Dez/2020	Despacho nº 3.592/2020	Conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH.
Abr/2022	Despacho nº 1.102/2022	A ANEEL decidiu registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH da PCH Caveiras, com 9.400 kW de Potência Instalada.

Notas Explicativas

Com a aprovação do Projeto Básico de Ampliação em 2022, no mesmo ano se deu início ao processo de licenciamento ambiental junto ao IMA. A Celesc G aguarda o andamento das tratativas junto ao órgão ambiental, para que posteriormente se avance nas etapas de obtenção da outorga junto à ANEEL, elaboração e aprovação do Plano de Negócio para que o projeto seja licitado e construído.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

O projeto de ampliação da UHE Salto Weissbach está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW.

Nos últimos anos, foram tramitados os estudos e documentos para a obtenção dos diplomas ambientais, sendo que o objetivo principal foi atingido em 23 de junho de 2022, com a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 3454/2022 pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC. Aguarda-se ainda o término do processo para emissão de outorga de uso da água, a qual é regulada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDE/SC.

A Usina opera no regime de cotas. Então, os próximos passos para a autorização para ampliação serão realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que fará a avaliação orçamentária do empreendimento, e pela ANEEL, que a partir do orçamento consolidado, definirá a receita de geração da usina ampliada.

c) Reativação da CGH Maruim

A Usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Após as diversas etapas referentes ao licenciamento ambiental e consolidação de projeto básico realizadas nos últimos anos, no primeiro trimestre de 2023 foram iniciadas as obras de reativação da usina, sendo que essa nova configuração construtiva prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas.

Para a realização da reativação do empreendimento, foram realizados quatro processos licitatórios distintos. São estes: (1) supervisão e execução de programas ambientais; (2) fornecimento e instalação das turbinas, geradores e equipamentos associados; (3) fornecimento e instalação de conduto forçado e hidromecânicos; e (4) execução de obras civis e projetos executivos de engenharia que, somados, resultam num montante na ordem de R\$8 milhões e serão executados durante o decorrer de 2023 e início de 2024.

A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa de R\$264,99/MWh.

2.1.2.10. Projetos de Automação do Parque Gerador

a) Automação da UHE Pery

A Usina Pery é formada por duas casas de força, sendo que a primeira foi construída em 1965. O sistema de automação dessa casa de força também vinha apresentando necessidade de substituição, motivo pelo qual foi contratada a sua substituição. O projeto, da ordem de R\$3,6 milhões, deverá ser concluído em 2023.

b) Automação da PCH Celso Ramos

A Usina Celso Ramos é formada por duas casas de força, sendo que a primeira também foi construída em 1965. Assim como aconteceu na Usina Pery, o sistema de automação dessa casa de força vinha apresentando necessidade de substituição, que foi contratada ao final de 2022 para conclusão em 2023. O investimento é na ordem de R\$6,0 milhões.

NOTAS Explicativas**2.2. Demais Participações**

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Sociedade de economia mista, criada em 25 de fevereiro de 1994, possui a concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural em 100% do território catarinense e seu contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, tem vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Constituída em agosto de 2000, com o propósito específico de integrar o sistema de transmissão de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, com a exploração das linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões leste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC C2, com 252,5 km de extensão. É o segundo empreendimento colocado em operação na nova modalidade idealizada para o novo modelo do setor elétrico. A ECTE, após sagrar-se vencedora do lote D, do Leilão nº 006/2011, constituiu, em dezembro/2011, sua subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, que contempla a concessão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV), ambas no Estado de Santa Catarina, e visam integrar as Usinas de Geração de energia elétrica ao SIN, bem como viabilizar o acesso ao sistema de distribuição da Celesc, além de atender à expansão do suprimento de energia elétrica à região do Vale do Itajaí. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 006/2012, de 10 de maio de 2012, tem prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA detém 85% de participação na Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul. A usina possui capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A DFESA detém o Contrato de Concessão nº 188/98 datado de 28 de agosto de 1998. Em 2021, o prazo de vigência da concessão passou de 35 para 39 anos da data da assinatura do contrato. A extensão foi concedida após a realizar a adesão à Lei nº 14.052/2020. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa.	Equivalência Patrimonial
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 11,95% do Capital Social total da empresa.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.	N/A	Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, em Joinville/SC. Com histórico de entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou à ANEEL a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME decidiu extinguir a concessão e reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL. A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida Usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A SPE vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.	N/A

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas em *IFRS* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de *IFRS*.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em *IFRS*, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

NOTAS EXPLICATIVAS

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de maio de 2023, conforme estabelece o artigo 17 da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em *IFRS* estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos exercícios, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros (Nota 5.7);
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9.2);
- c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 13.2);
- d) Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery (Nota 14.3);
- e) Ativo/Passivo Financeiro Parcela A – CVA (Nota 13.1);
- f) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos (Nota 17.2);
- g) *Impairment* de Ativos Não Financeiros (Notas 18.4 e 19.2);
- h) Depreciação (Nota 19.3);
- i) Ativo Intangível Indenizável – Celesc D (Nota 20);
- j) Ativo Intangível Repactuação do Risco Hidrológico – Celesc G (Nota 20);
- k) Contingências (Nota 27);
- l) Passivo Atuarial – CPC 33 (Nota 28);
- m) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 e 32.1).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023.

4.1. Base de Mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em *IFRS* foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR, reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23 (*IAS* 8), que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que incorreções podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no pronunciamento técnico CPC 09, observaram-se classificações inadequadas entre as rubricas, sobretudo na divulgação de créditos de tributos sobre insumos adquiridos de terceiros, encargos sociais, entre outros. Embora tais inadequações não causem alterações e prejuízos às demonstrações da situação patrimonial e de resultado, entendeu-se prudente promover as correções nesta divulgação e, para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes do trimestre encerrado em 31 de março de 2022.

Os efeitos dessas reclassificações estão demonstrados a seguir:

NOTAS Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31.03.2022	Reclassificação	31.03.2022 (Reclassificado)	31.03.2022	Reclassificação	31.03.2022 (Reclassificado)
Receitas	4.817	641	5.458	4.488.866	6.942	4.495.808
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	-	4.182.840	6.258	4.189.098
Receitas de Construção de Ativos Próprios	-	-	-	(22.227)	279.459	257.232
Provisão/Reversão Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	-	71.021	(93.248)	(22.227)
Outras Receitas	4.817	641	5.458	257.232	(185.527)	71.705
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.231)	(42)	(1.273)	(2.080.340)	(202.623)	(2.282.963)
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	-	-	-	(1.690.212)	(185.923)	(1.876.135)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(1.231)	(42)	(1.273)	(132.896)	(16.700)	(149.596)
Custos de Construção de Ativos Próprios	-	-	-	(257.232)	-	(257.232)
Valor Adicionado Bruto	3.586	599	4.185	2.408.526	(195.681)	2.212.845
Depreciação, Amortização e Exaustão	(549)	-	(549)	(67.480)	(166)	(67.646)
Valor Adicionado Líquido Produzido	3.037	599	3.636	2.341.046	(195.847)	2.145.199
Valor Adicionado Recebido em Transferência	261.599	3.577	265.176	113.161	13.201	126.363
Resultado de Equivalência Patrimonial	264.425	-	264.425	15.238	-	15.238
Receitas Financeiras	(2.826)	3.738	912	97.923	13.272	111.195
Outros	-	(161)	(161)	-	(71)	(71)
Valor Adicionado Total a Distribuir	264.636	4.176	268.812	2.454.207	(182.646)	2.271.561
Distribuição do Valor Adicionado	(264.636)	(4.176)	(268.812)	(2.454.207)	182.646	(2.271.561)
Pessoal	(4.414)	350	(4.064)	(191.623)	25.814	(165.809)
Remuneração Direta	(3.957)	232	(3.725)	(155.572)	53.627	(101.945)
Benefícios	(278)	118	(160)	(28.446)	(27.813)	(56.259)
F.G.T.S.	(179)	-	(179)	(7.605)	-	(7.605)
Impostos, Taxas e Contribuições	(305)	(4.526)	(4.831)	(1.882.790)	142.713	(1.740.077)
Federais	(206)	(4.393)	(4.599)	(981.297)	141.708	(839.589)
Estaduais	(2)	2	-	(898.219)	(234)	(898.453)
Municipais	(97)	(135)	(232)	(3.274)	1.239	(2.035)
Remuneração de Capitais de Terceiros	(58)	-	(58)	(119.935)	14.119	(105.816)
Juros	(47)	-	(47)	(3.863)	(99.543)	(103.406)
Aluguéis	(11)	-	(11)	(2.519)	109	(2.410)
Outras	-	-	-	(113.553)	113.553	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	(20.000)	20.000	-
Outras Despesas de Financiamentos	-	-	-	(93.553)	93.553	-
Remuneração de Capitais Próprios	(259.859)	-	(259.859)	(259.859)	-	(259.859)
Juros sobre Capital Próprio	(34.701)	-	(34.701)	(34.701)	-	(34.701)
Lucros Retidos / Prejuízo do exercício	(225.158)	-	(225.158)	(225.158)	-	(225.158)

4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor no exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 17	CPC 50	Contratos de seguro.	01/01/2023
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB
IAS 1	CPC 26	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
IAS 1	CPC 26	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8	CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12	CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação	01/01/2023

O Grupo realizou uma análise pertinente ao assunto e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras Intermediárias em decorrência da aplicação das alterações às normas.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC*, que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras Intermediária da Companhia.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando esses riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

As classes de Riscos Financeiros, Operacionais, Conformidade e Estratégico do Grupo, e suas categorias, não foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

NOTAS Explicativas**5.1. Classe de Risco Financeiro****5.1.1. Categoria Liquidez****a) Fluxo de Caixa**

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de março de 2023.

Descrição	Taxas %	Consolidado					Total
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	
Contas a Receber (líquido de PECLD)		1.838.535	71.976	43.555	15.814	765	1.970.645
Caixa e Equivalente de Caixa		878.198	-	-	-	-	878.198
Depósitos Judiciais		-	-	-	350.013	-	350.013
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		47.086	-	-	-	-	47.086
Ativo Financeiro – Bonificação Outorga	IPCA	3.515	6.942	30.764	138.861	236.630	416.712
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	IPCA	1.537	3.037	13.488	61.445	109.266	188.773
Total Ativo		2.768.871	81.955	87.807	566.133	346.661	3.851.427
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	8.431	-	372.862	299.843	-	681.136
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		19.472	-	-	-	-	19.472
Eletrobras	5% a.a.	75	146	666	1.150	-	2.037
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	247	482	1.067	158	-	1.954
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,9% a 2,6% a.a.	33.801	25.506	132.888	348.532	-	540.727
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	3.381	-	24.402	19.355	47.138
Fornecedores		588.211	309.627	2.436	-	-	900.274
Passivo Financeiro – CVA	SELIC	56.114	112.807	526.259	159.009	-	854.189
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	20.502	19.619	91.357	100.705	-	232.183
Entidade de Previdência Privada		27.634	17.208	77.438	413.000	1.073.431	1.608.711
BID	CDI + 0,82% a 1,93% a.a.	76.863	-	-	311.313	1.712.408	2.100.584
Total Passivo		831.350	488.776	1.204.973	1.658.112	2.805.194	6.988.405

5.2. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os valores são informados em termos absolutos e não relativamente ao cenário provável apresentado.

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2023:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado				
				(Cenário I)	Aumento 25% (Cenário II)	Aumento 50% (Cenário III)	Redução 25% (Cenário II)	Redução 50% (Cenário III)
CDI				13,63%	17,04%	20,45%	10,22%	6,82%
	Aplicações Financeiras	8	852.486	116.194	145.264	174.333	(87.124)	(58.140)
	Empréstimos	22	(1.859.854)	(253.498)	(316.919)	(380.340)	190.077	126.842
	Debêntures	23	(508.130)	(69.258)	(86.585)	(103.913)	51.931	34.654
Selic				13,15%	16,44%	19,73%	9,86%	6,58%
	CVA – Passiva	13.1	(786.670)	(103.447)	(129.329)	(155.210)	77.566	51.763
IPCA				4,65%	5,81%	6,98%	3,49%	2,33%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	628.570	29.229	36.520	43.874	(21.937)	(14.646)
	Debêntures	23	(43.887)	(2.041)	(2.550)	(3.063)	1.532	1.023
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	353.141	16.421	20.517	24.649	(12.325)	(8.228)
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	159.719	7.427	9.280	11.148	(5.574)	(3.721)
	Reserva Matemática a Amortizar	28	(225.091)	(10.467)	(13.078)	(15.711)	7.856	5.245

5.3. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

NOTAS EXPLICATIVAS

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE nº	Consolidado	
		31.03.2023	31.12.2022
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	1.208.379	1.166.319
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	655.306	676.836
Debêntures	23	552.017	606.113
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(878.198)	(940.684)
Dívida Líquida		1.537.504	1.508.584
Total do Patrimônio Líquido		3.055.365	2.883.176
Total do Capital		4.592.869	4.391.760
Índice de Alavancagem Financeira (%)		33,48%	34,35%

5.4. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2023:

Descrição – Nível 3	NE	Consolidado	
		31.03.2023	31.12.2022
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários	15	-	-
Outros		208	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR			
Ativo Indenizável – Concessão	14	1.096.277	1.008.038
Total do Ativo		1.096.485	1.008.255
Encargos Setoriais – CDE	26	19.472	19.472
Total do Passivo		19.472	19.472

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas.

Para os ativos contabilizados como Títulos e Valores Mobiliários, avaliados por VJORA, foram utilizadas outras técnicas, como a análise de fluxo descontado. Para a conta Outros, a técnica aplicada foi a abordagem de custo.

Para os ativos de concessão, avaliados por VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo. No que se refere ao custo de substituição/reposição atual utilizaram-se outras técnicas, como a análise de fluxo descontado.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2023:

NOTAS Explicativas

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Consolidado	
			Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	3.758.802	1.096.277	208	4.855.287
Caixa e Equivalentes de Caixa	878.198	-	-	878.198
Contas a Receber de Clientes	1.970.645	-	-	1.970.645
Depósitos Judiciais	350.013	-	-	350.013
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	-	-	47.086
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	1.096.277	-	1.096.277
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	353.141	-	-	353.141
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	159.719	-	-	159.719
Outros	-	-	208	208

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Consolidado	
			Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Passivo	6.360.835	19.472	-	6.380.307
Fornecedores	900.274	-	-	900.274
CELOS	1.833.802	-	-	1.833.802
Dividendos e JSCP	199.296	-	-	199.296
Empréstimos Moeda Nacional	655.306	-	-	655.306
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.208.379	-	-	1.208.379
Debêntures	552.017	-	-	552.017
Reserva Matemática a Amortizar	225.091	-	-	225.091
Encargos Setoriais – CDE	-	19.472	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	786.670	-	-	786.670

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Consolidado	
			Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	3.703.446	1.008.038	217	4.711.701
Caixa e Equivalentes de Caixa	940.684	-	-	940.684
Contas a Receber de Clientes	1.775.708	-	-	1.775.708
Depósitos Judiciais	359.870	-	-	359.870
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	-	-	47.086
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	1.008.038	-	1.008.038
Ativo Financeiro – CVA	76.448	-	-	76.448
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	346.810	-	-	346.810
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	156.840	-	-	156.840
Outros	-	-	217	217

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Consolidado	
			Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Passivo	6.488.537	19.472	-	6.508.009
Fornecedores	1.016.513	-	-	1.016.513
CELOS	1.862.612	-	-	1.862.612
Dividendos e JSCP	157.602	-	-	157.602
Empréstimos Moeda Nacional	676.836	-	-	676.836
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.166.319	-	-	1.166.319
Debêntures	606.113	-	-	606.113
Reserva Matemática a Amortizar	248.978	-	-	248.978
Encargos Setoriais – CDE	-	19.472	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	753.564	-	-	753.564

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	968.275	906.658
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	754.302	631.435
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	584.625	562.195
Total	2.307.202	2.100.288

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

NOTAS Explicativas**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Recursos em Banco e em Caixa	9	5	25.712	44.725
Aplicações Financeiras	25.747	48.200	852.486	895.959
Total	25.756	48.205	878.198	940.684

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado	
				31.03.2023	31.12.2022
Consumidores	1.262.907	304.991	420.137	1.988.035	1.787.728
Residencial	404.597	200.118	216.812	821.527	682.653
Industrial	76.236	30.672	80.039	186.947	182.744
Comércio	173.334	57.102	110.874	341.310	296.732
Rural	47.290	16.567	10.959	74.816	69.928
Poder Público	46.617	370	284	47.271	40.860
Iluminação Pública	15.080	45	1.148	16.273	17.313
Serviço Público	17.130	117	21	17.268	16.015
Fornecimento não Faturado	482.623	-	-	482.623	481.483
Suprimento a Outras Concessionárias	266.552	16.060	36.555	319.167	312.560
Concessionárias e Permissionárias	250.019	4.409	2.736	257.164	244.268
Transações no Âmbito da CCEE	1.288	-	-	1.288	22.711
Outros Créditos	5.098	11.651	33.819	50.568	35.769
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	10.147	-	-	10.147	9.812
Total	1.529.459	321.051	456.692	2.307.202	2.100.288
PECLD com Clientes	(8.425)	(7.687)	(320.445)	(336.557)	(324.580)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.521.034	313.364	136.247	1.970.645	1.775.708
Circulante				1.954.066	1.758.933
Não Circulante				16.579	16.775

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, que são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE, e são rateadas entre os agentes de mercado. A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Residencial	149.034	142.191
Industrial	66.237	65.574
Comércio, Serviços e Outras	86.114	81.957
Rural	5.276	5.144
Poder Público	277	276
Iluminação Pública	1.151	1.421
Serviço Público	27	23
Concessionárias e Permissionárias	1.088	960
Consumidores Livres	2.139	2.043
Outros	25.214	24.991
Total	336.557	324.580
Circulante	336.557	324.580
Não Circulante	-	-

Abaixo, segue a demonstração da movimentação ocorrida:

Consolidado	
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2022	324.580
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	24.083
Baixas de Contas a Receber	(12.106)
Saldo em 31.03.2023	336.557

A Celesc D, conforme preceitua o CPC 48/IFRS 9, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2022. As perdas de crédito esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir, são apresentados os percentuais de perdas esperadas segregadas por classe de consumo, aplicados no reconhecimento dos recebíveis:

Aging Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A Vencer	0,52%	0,67%	0,38%	0,63%	0,18%	0,01%	0,01%	0,02%
0 a 3 meses	2,53%	2,15%	2,90%	3,39%	0,97%	0,19%	1,23%	0,56%
3 a 6 meses	24,84%	19,62%	48,39%	33,08%	7,69%	5,88%	100,00%	50,00%
6 a 12 meses	49,38%	42,28%	71,43%	51,81%	20,59%	16,67%	100,00%	100,00%
12 a 18 meses	61,54%	56,52%	73,17%	66,15%	37,84%	33,33%	100,00%	100,00%
18 a 24 meses	66,67%	66,67%	75,00%	74,14%	51,85%	100,00%	100,00%	100,00%
24 a 36 meses	72,73%	73,24%	76,92%	84,31%	66,67%	100,00%	100,00%	100,00%
36 a 48 meses	80,00%	85,25%	78,95%	95,56%	82,35%	100,00%	100,00%	100,00%
48 a 60 meses	97,56%	98,11%	96,77%	97,73%	93,33%	100,00%	100,00%	100,00%
+ 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Em 27 de setembro de 2021, a Celesc G comunicou à CCEE a retirada da ação judicial existente para as UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos. O valor da PECLD dessas usinas foi revertido em sua totalidade até outubro de 2021. A Celesc G mantém as liminares referentes às CGH's e aguarda desfecho por parte da ANEEL.

Os valores referentes aos ajustes na Celesc G das medidas liminares relacionadas às CGH's, no exercício de 2022, acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, foram no importe de R\$248,0 mil. Ao longo do exercício, foi revertido R\$158 mil devido ao seu recebimento.

Em 31 de março de 2023, o saldo da PECLD é de R\$262,0 mil, referente às CGHs, pelas quais a Celesc G mantém a ação judicial (Nota 2.1.2.6, letra b).

A movimentação do exercício está demonstrada na tabela abaixo:

Consolidado	
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2022	172
Provisão Líquida no Exercício	248
Baixa no Contas a Receber	(158)
Saldo em 31.03.2023	262

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia, além de materiais para uso administrativo.

Consolidado		
Descrição	31.03.2023	31.12.2022
Almoxarifado	23.118	19.963
Outros	57	56
Total	23.175	20.019

Notas Explicativas**11. TRIBUTOS A RECUPERAR**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	1.024.459	1.100.944
IRPJ/CSLL	38.762	44.331	61.178	64.134
ICMS	-	-	57.688	57.941
PIS/COFINS	-	-	6	6
Outros	-	-	995	993
Total	38.762	44.331	1.144.326	1.224.018
Circulante	38.762	44.331	787.453	699.238
Não Circulante	-	-	356.873	524.780

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos, substancialmente, por valores pagos antecipadamente, por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e saldo negativo, que será realizado no curso normal das operações, sendo utilizado para compensação de tributos federais.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) 2ª ação	-	-	1.024.459	1.100.944
Total	-	-	1.024.459	1.100.944
Circulante	-	-	696.729	609.890
Não Circulante	-	-	327.730	491.054

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o Recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida no *leading case* nº 574.706 – Tema 69 – houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, permitindo que as compensações de tributos vincendos iniciasse a partir de fevereiro de 2022.

Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D reclassificou para o ativo circulante o crédito de PIS e de Cofins com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER E OUTROS ATIVOS**12.1. Dividendos e JCP a Receber**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Dividendos Rondinha	-	-	100	-
Dividendos SCGÁS	4.374	4.374	4.374	4.374
Dividendos ECTE	8.256	8.256	8.256	8.256
Dividendos Casan	-	-	-	-
Dividendos DFESA	56	909	56	909
Dividendos EDP Transmissão Aliança	-	-	-	1.078
JCP Celesc G	38.724	38.724	-	-
JCP Celesc D	197.312	154.806	-	-
JCP SCGÁS	3.394	2.227	3.394	2.227
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	2.524	3.578
Total	252.116	209.296	18.704	20.422
Circulante	252.116	209.296	18.704	20.422
Não Circulante	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS**12.2. Outros Ativos – Circulantes e não Circulantes**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	47.086	47.086
ICMS ST (i)	-	-	34.633	35.043
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	37.549	44.089
Adiantamento Proinfa (iii)	-	-	24.579	24.578
Diferença Reembolso CDE (iv)	-	-	1.956	3.424
Programa Baixa Renda	-	-	5.663	5.621
Despesas Pagas Antecipadamente (v)	303	487	2.901	2.128
Conta Bandeiras	-	-	4.175	3.453
Destinado a Alienação	-	-	2.645	2.457
Pessoal a Disposição	-	-	849	794
Adiantamentos Diversos (vi)	63	177	13.212	9.443
Outros Créditos (vii)	1	-	3.080	5.009
Total	367	664	178.328	183.125
Circulante	335	623	175.651	180.627
Não Circulante	32	41	2.677	2.498

(i) ICMS Substituição Tributária (ST)

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Diferença Reembolso CDE

Corresponde à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da CEEE para compensar os referidos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis a geradores e consumidores de fonte incentivada, a serviço de irrigação e aquicultura em horário especial, a serviço público de água, esgoto e saneamento, a distribuidoras com mercado próprio, à classe rural, à subclasse cooperativa de eletrificação rural e a serviço público de irrigação.

(v) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem aos prêmios de seguros no valor de R\$2,9 milhões.

(vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$3,5 milhões), férias (R\$1,5 milhões) e vale-alimentação (R\$6,2 milhões).

(vii) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas**13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO****13.1. Parcela A – CVA**

Descrição	31.12.2022	Adição Baixa	Amorti- zação	Remune- ração	31.03.2023	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	898.170	(124.732)	(208.468)	24.072	589.042	304.801	284.241	476.925	112.117
Energia	137.397	(60.332)	(32.000)	2.571	47.636	47.636	-	47.636	-
Proinfa	59.745	-	(24.765)	1.588	36.568	36.568	-	36.568	-
Transporte Rede Básica	134.783	18.922	(16.231)	4.250	141.724	23.965	117.759	95.275	46.449
Transporte de Energia	23.707	2.300	(5.097)	714	21.624	7.526	14.098	16.063	5.561
ESS	70.811	9.924	(27.249)	4.448	57.934	36.793	21.141	49.595	8.339
CDE	277.536	(17.840)	(102.722)	7.365	164.339	151.677	12.662	159.345	4.994
Neutralidade Parcela A	45.881	(46.242)	-	361	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	119.373	(31.464)	-	2.775	90.684	-	90.684	54.914	35.770
Outros	28.937	-	(404)	-	28.533	636	27.897	17.529	11.004
CVA Passiva	(1.575.286)	(283.312)	501.261	(18.375)	(1.375.712)	(790.878)	(584.834)	(1.146.837)	(228.875)
Aquisição de Energia	-	(89.434)	-	1.057	(88.377)	-	(88.377)	(53.517)	(34.860)
Custo da Energia de Itaipu	(74.702)	(44.829)	3.795	(2.361)	(118.097)	(5.988)	(112.109)	(73.876)	(44.221)
Proinfa	(3.800)	(12.038)	-	(469)	(16.307)	-	(16.307)	(9.875)	(6.432)
Sobrecontratação Energia	(52.302)	-	20.290	-	(32.012)	(32.012)	-	(32.012)	-
Neutralidade Parcela A	(14.851)	(36.343)	5.761	(407)	(45.840)	(9.089)	(36.751)	(31.344)	(14.496)
Devoluções Tarifárias	(586.535)	(12.251)	213.228	(998)	(386.556)	(336.427)	(50.129)	(368.448)	(18.108)
Bandeiras Tarifárias	(216)	(150)	-	-	(366)	-	(366)	(366)	-
Outros	(842.880)	(88.267)	258.187	(15.197)	(688.157)	(407.362)	(280.795)	(577.399)	(110.758)
Saldo Ativos/(Passivos)	(677.116)	(408.044)	292.793	5.697	(786.670)	(486.077)	(300.593)	(669.912)	(116.758)

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
CVA 2022 – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	298.177	487.164
CVA 2022 – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(51.133)	138.313
Total – CVA	247.044	625.477
Outros Itens – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	(784.254)	(1.281.318)
Outros Itens – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(249.460)	(21.275)
Total – Outros Itens – CVA	(1.033.714)	(1.302.593)
Total	(786.670)	(677.116)

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

Descrição	Consolidado					Total
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	
Saldo em 31.12.2022	50.530	72.634	55.400	33.571	134.675	346.810
Atualização Monetária	1.014	1.458	1.113	671	2.714	6.970
Juros	1.505	2.193	1.617	1.137	3.535	9.987
Amortização/Baixa	(1.599)	(2.310)	(1.713)	(1.175)	(3.829)	(10.626)
Saldo em 31.03.2023	51.450	73.975	56.417	34.204	137.095	353.141
Circulante						40.668
Não Circulante						312.473

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia	1.093.856	1.005.617
Em Serviço	628.570	596.648
Em Curso	465.286	408.969
Ativo de Concessão – Geração de Energia	162.140	159.261
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	159.719	156.840
Total	1.255.996	1.164.878
Circulante	17.820	17.536
Não Circulante	1.238.176	1.147.342

Notas Explicativas**14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia**

Em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Trata-se do valor justo dos ativos financeiros vinculados à concessão registrados na Contabilidade Societária. O efeito é decorrente do registro do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido, no contrato de concessão, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022	1.005.617
(+) Novas Aplicações (i)	24.871
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	56.317
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	8.056
(-) Resgate	(1.005)
Saldo em 31.03.2023	1.093.856

(i) IPCA

(i) Referem-se aos investimentos realizados pela Celesc D, no primeiro trimestre de 2023, bifurcados entre intangível e ativo financeiro.

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

O processo de indenização das concessões tem início em 2013, quando o Poder Concedente, por meio dos Decretos nº 7.805 e 7.850 estabeleceu, dentre outros, as normas para indenização do valor residual dos ativos vinculados. Posteriormente, a ANEEL, por meio da REN nº 596/13 definiu os detalhes das regras de indenização.

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa – REN nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Em 2018, na busca de definir os valores a serem repassados às concessionárias a título de indenização, Poder Concedente e a Agência Reguladora constataram a inaplicabilidade da regra. Assim, no ano de 2019 a ANEEL instaurou Audiência Pública para debater com os agentes as particularidades associadas à indenização das melhorias. Este processo restou materializado na REN nº 942/2021. Cabe destacar dois aspectos importantes quanto a esta norma: a) os agentes que ainda não tinham solicitado a indenização poderiam fazê-lo no prazo de 30 dias após a entrada em vigor da norma (a Celesc G, que já tinha solicitado a indenização, reforçou o pleito); e b) a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado conforme a REN nº 942/21.

Embora com longa discussão, o processo de indenização está em tramitação na Agência Reguladora. E que os aspectos infra legais não discutem o direito definido no Decreto nº 7.850. Ademais, importante destacar que em 19 de janeiro de 2023, a ANEEL solicitou envio de dados complementares, com vistas à validação do laudo enviado, e definição do valor de indenização, por meio da SDI nº 1/2023.

Os saldos dos imobilizados requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Descrição	Consolidado
	Usina Pery
Saldo em 31.12.2022	156.840
Atualização Monetária	3.156
Juros	4.369
Amortização/Baixa	(4.646)
Saldo em 31.03.2023	159.719

NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de 1º julho de 2021, a Celesc G passou a receber a indenização retroativa a 1º de julho de 2018, através da RAG.

O saldo de R\$159,7 milhões existente em 31 de março de 2023, refere-se ao valor reconhecido a título de indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões, aprovado pelo Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, emitido pela ANEEL, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2022/2023, R\$18,6 milhões se referem à indenização. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

15. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários, que estão classificados no ativo não circulante, são mensurados a valor justo e seus saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Casan	-	-	-	-
Outros Investimentos (i)	208	217	208	217
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	208	217	208	217

15.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía 56.713.251 Ações Ordinárias – ON, e 56.778.178 Ações Preferenciais – PN, representando 11,95% do capital social da Casan.

Por não possuir influência significativa nessa empresa, a Celesc mensurou o valor justo de sua participação acionária como investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual desse investimento, tendo como custo histórico de aquisição o montante de R\$110,7 milhões.

Para o cálculo do *valuation* foram realizadas projeções de receita, custos e despesas, por município, até a data de vencimento de cada contrato de prestação de serviço. Por existir incerteza relacionada às renovações ou não desses contratos e, caso fossem renovados, em quais condições seriam, seguiu-se a premissa da otimização dos dados observáveis para a determinação do valor justo, desconsiderando-se a perpetuidade dos fluxos de caixa.

A avaliação refere-se à Companhia individualmente, considerando uma operação normal, de acordo com os mesmos parâmetros observados na data base do cálculo e ajustado ao plano de expansão de rede, divulgado pela Casan ao mercado, em 15 de março de 2022, e construído com base no Parecer Técnico de Certificação da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – Fundace, que visa atingir as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Para a obtenção das premissas de receitas e custos, foram confrontadas as informações extraídas, por município, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS com as informações obtidas nos Demonstrativos Financeiros e Informes Trimestrais auditados da própria Casan.

Os reajustes tarifários, no período de 2023 a 2065, último ano da concessão, foram considerados conforme a expectativa mensal do IPCA, divulgada pelo Bacen, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês de junho de cada ano. Para o ano de 2022, foi considerado um ajuste de 16,01% com aplicação em julho daquele ano, por município, sobre a média das tarifas praticadas em 2021.

Para taxa de desconto foi considerado o WACC nominal de 11,54% ao ano, levando em conta a expiração dos contratos de permissão de cada município. O custo da dívida após os impostos foi de 10,52% ao ano e o custo de capital próprio foi de 11,89% ao ano.

Houve redução da participação no Capital Social da Casan, em virtude da Companhia não ter aceito a proposta de integralização de dividendos para aumento de capital.

Os cálculos foram realizados por consultoria externa e, considerando as premissas de avaliação do valor justo desse investimento, reduziu-se o valor desse ativo a zero, em 31 de dezembro de 2022, sendo seu ajuste reconhecido a débito no patrimônio líquido em subgrupo de ajuste de avaliação patrimonial, situação em que se encontra atualmente.

(i) Outros Investimentos

Em 16 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou o exercício de direito de retirada da sociedade e venda de ações da CGT Eletrosul e da Eletronorte. O valor registrado contabilmente era de R\$9,8 mil e o recebimento foi de R\$117,9 mil, com ganho na alienação de R\$108,1 mil.

NOTAS Explicativas**16. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo
	Contas a Receber de Clientes	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber de Clientes	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos
Governo do Estado de SC						
Dividendos Declarados e JCP	-	32.571	-	-	32.571	-
Faturamento de Energia	-	-	-	8.831	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-
CELOS						
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	83	-	-	1.862.612
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	1.356
Celesc G						
Dividendos e JCP	38.724	-	-	-	-	-
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	102	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	838	-	-	-
Dividendos e JCP	154.806	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	193.530	32.571	1.023	9.087	32.571	1.863.968
Governo do Estado de SC						
Dividendos Declarados e JCP	-	41.315	-	-	41.315	-
Faturamento de Energia	-	-	-	10.883	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-
CELOS						
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	66	-	-	1.833.802
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	1.356
Celesc G						
Dividendos e JCP	38.724	-	-	-	-	-
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	109	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	709	-	-	-
Dividendos e JCP	197.312	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2023	236.036	41.315	884	11.139	41.315	1.835.158

Descrição	Controladora		Consolidado		
	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Outras Despesas	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
Governo do Estado de SC					
Receita de Vendas	-	-	-	30.256	-
CELOS					
Planos Previdenciários e Assistenciais	(7)	-	(39.295)	-	-
DFESA					
Compra de Energia	-	-	-	-	(3.572)
Celesc D					
Taxa de Arrecadação de Convênio	(429)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(2.100)	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	158	-	-	-
Saldo em 31.03.2022	(2.536)	158	(39.295)	30.256	(3.572)
Governo do Estado de SC:					
Receita de Vendas	-	-	-	26.828	-
CELOS					
Planos Previdenciários e Assistenciais	(1)	-	(39.986)	-	-
DFESA					
Compra de Energia	-	-	-	-	(3.572)
Celesc D					
Taxa de Arrecadação de Convênio	(465)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(2.027)	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2023	(2.493)	-	(39.986)	26.828	(3.572)

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Honorários	1.517	5.987	1.517	5.987
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	1.752	-	1.752
Encargos Sociais	412	1.717	412	1.717
Outros	298	1.111	298	1.111
Total	2.227	10.567	2.227	10.567

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Provisão para contingências de processos judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;
- (iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;
- (v) CPC 27 – Ativo Imobilizado. Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico
- (vi) CPC 39 – Instrumentos financeiros no reconhecimento e mensuração do Valor Novo de Reposição – VNR;
- (vii) CPC 39 – Instrumentos financeiros. Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017;
- (viii) CPC 48 – Instrumentos Financeiros referente aos valores do Ativo Financeiro relacionados a indenização da Usina Pery;
- (ix) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível referente aos valores da repactuação do risco hidrológico GSF;
- (x) CPC 06 – Arrendamentos. Despesas provenientes dos contratos de arrendamento.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.03.2023	31.12.2022
Ativo	688.479	709.023
Passivo	(92.859)	(89.214)
Tributo Diferido Líquido	595.620	619.809

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Provisão p/ Contingências	136.399	134.256	-	-	136.399	134.256
Provisão p/ Perdas em Ativos	22.035	18.510	-	-	22.035	18.510
Benefício Pós-Emprego	590.583	596.621	-	-	590.583	596.621
Arrendamento – CPC 06	187	176	-	-	187	176
Custo Atribuído	-	-	6.863	6.939	(6.863)	(6.939)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	50.506	72.278	-	-	50.506	72.278
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	47.151	47.681	(47.151)	(47.681)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	58.097	58.749	(58.097)	(58.749)
Bonificação de Outorga	-	-	56.731	54.139	(56.731)	(54.139)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	20.360	19.123	(20.360)	(19.123)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	14.807	14.938	(14.807)	(14.938)
Outras Provisões	-	-	81	463	(81)	(463)
Total	799.710	821.841	204.090	202.032	595.620	619.809

17.2. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

Notas Explicativas

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014 pelo órgão regulador no valor de R\$83,7 milhões atualizados até 31 de março de 2023 está em demanda judicial junto a justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Desta forma, o reajuste tarifário de 2019, 2020, 2021 e 2022 tiveram a realização financeira no montante de R\$65,7 milhões, R\$68,5 milhões, R\$70,2 milhões e R\$76,8 milhões, respectivamente, e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2023 são:

Ano	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
2023	101.131	117.194
2024	106.121	115.770
2025	34.687	34.687
2026	25.606	25.606
Acima de 2027	532.165	528.584
Total	799.710	821.841

17.3. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2021	25.176	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(953)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	324	
Saldo em 31.12.2022	24.547	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(223)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	76	
Saldo em 31.03.2023	24.400	

17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do passivo atuarial e valor justo da CASAN com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2021	1.064.375	
(+) Adição do Passivo Atuarial	(44.435)	
(+) Valor justo da CASAN	137.261	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	15.108	
Saldo em 31.12.2022	1.172.309	
(+) Adição do Passivo Atuarial	-	
(+) Valor justo da CASAN	-	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-	
Saldo em 31.03.2023	1.172.309	

A não contabilização e evidenciação de IRPJ e CSLL diferidos relacionados ao valor justo da CASAN na Celesc H ocorrem pela ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros contra os quais os créditos fiscais possam ser utilizados nos próximos exercícios, conforme os critérios previstos no CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Todavia, a companhia continuará reavaliando anualmente a expectativa de geração de lucro fiscal futuro, para que no momento oportuno possa contabilizar os valores de IRPJ e CSLL diferidos.

Notas Explicativas**17.5. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido**

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	218.063	259.859	299.565	369.973
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(74.141)	(88.352)	(101.852)	(125.791)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	76.530	89.905	5.640	5.181
Benefício Fiscal	-	-	(250)	(454)
Incentivo Fiscal	-	-	1.633	2.189
Juros sobre Capital Próprio	(1.921)	(1.189)	15.081	11.798
Provisões Indedutíveis	(153)	(198)	(153)	(198)
Multas Indedutíveis	-	-	(1.276)	(2.665)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	(143)	(17)	(143)	(17)
Participação dos Administradores	(106)	(94)	(122)	(107)
Outras Adições (Exclusões)	(66)	(55)	(60)	(50)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	(81.502)	(110.114)
Corrente	-	-	(57.311)	(142.301)
Diferido	-	-	(24.191)	32.187
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	27,21%	29,76%

17.6. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL**17.6.1 Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1**

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal no 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração no 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal no 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal encontram-se dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. Em decorrência, estima-se que o provimento do recurso implicou na redução da contingência para R\$154 milhões. O processo aguarda retorno à primeira instância administrativa para a adequação do lançamento aos termos da decisão final proferida no Processo Administrativo. Em paralelo, a Companhia avalia as demais medidas a serem tomadas.

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Controladas	2.630.785	2.468.490	-	-
Celesc D	1.852.308	1.716.726	-	-
Celesc G	778.477	751.764	-	-
Controladas em Conjunto	141.309	135.965	141.309	135.965
SCGÁS	141.309	135.965	141.309	135.965
Coligadas	121.917	116.358	235.414	227.314
ECTE	92.840	88.313	92.840	88.313
DFESA	29.077	28.045	29.077	28.045
SPEs	-	-	113.497	110.956
Total	2.894.011	2.720.813	376.723	363.279

NOTAS Explicativas**18.1. Informações sobre Investimentos**

Descrição	Controladora										
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital	Capital Votante							
Saldo em 31.12.2022											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.432.655	6.881.685	3.765.969	4.831.645	1.716.726	9.908.754	403.099	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	140.062	815.408	73.332	130.374	751.764	183.022	113.774	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Saldo em 31.03.2023											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.676.665	6.770.204	4.113.114	4.481.447	1.852.308	2.562.294	185.589	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	141.959	834.533	62.964	135.051	778.477	46.806	26.713	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	117.999	590.762	57.089	351.072	300.599	14.904	14.657	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	566.546	535.848	323.510	129.020	649.864	554.363	42.526	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.544	161.393	17.955	27.727	126.256	16.468	4.479	

Descrição	Consolidado										
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital	Capital Votante							
Saldo em 31.12.2022											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.598	43.138	2.651	650	42.435	8.289	1.270	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	18.548	52.927	27.120	4.141	40.214	17.772	12.739	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.301	31.703	3.406	4.058	27.540	11.984	1.767	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.289	57.276	4.008	15.164	39.393	5.149	(353)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	313.215	2.209.251	124.123	1.806.912	591.431	319.381	72.259	
Saldo em 31.03.2023											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	117.999	590.762	57.089	351.072	300.599	14.904	14.657	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	566.546	535.848	323.510	129.020	649.864	554.363	42.526	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.544	161.393	17.955	27.727	126.256	16.468	4.479	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	1.954	42.795	1.782	-	42.967	1.610	840	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	22.419	52.773	27.700	3.113	44.379	3.439	4.165	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	4.209	31.290	4.898	3.446	27.155	2.348	776	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.414	56.732	3.509	14.846	39.791	1.001	(130)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	341.654	2.229.383	204.681	1.782.663	583.693	49.281	21.951	

18.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	Total
Investimentos	1.716.726	751.764	88.313	104.766	28.045	2.689.614
Ágio	-	-	-	31.199	-	31.199
Saldo em 31.12.2022	1.716.726	751.764	88.313	135.965	28.045	2.720.813
Dividendos e JCP Creditados	(50.007)	-	-	(1.518)	-	(51.525)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(367)	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	185.589	26.713	4.527	7.229	1.032	225.090
Saldo em 31.03.2023	1.852.308	778.477	92.840	141.309	29.077	2.894.011
Investimentos	1.852.308	778.477	92.840	110.477	29.077	2.863.179
Ágio	-	-	-	30.832	-	30.832

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs (ii)	Total
Investimentos	88.313	104.766	28.045	110.674	331.798
Ágio	-	31.199	-	282	31.481
Saldo em 31.12.2022	88.313	135.965	28.045	110.956	363.279
Integralizações	-	-	-	152	152
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	-	(1.518)	-	(1.412)	(2.930)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(367)	-	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.527	7.229	1.032	3.801	16.589
Saldo em 31.03.2023	92.840	141.309	29.077	113.497	376.723
Investimentos	92.840	110.477	29.077	113.215	345.609
Ágio	-	30.832	-	282	31.114

NOTAS Explicativas**18.3. Aquisição do Direito de Uso de Concessão**

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS, em 31 de março de 2023, é de R\$30,8 milhões e, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$31,2 milhões. O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo da concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até o ano de 2044.

19. IMOBILIZADO**19.1. Composição do Saldo**

Descrição	Controladora		
	Máquinas e Equipamentos	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2022	6	132	138
Custo do Imobilizado	6	132	138
Depreciação Acumulada	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	6	132	138
Depreciação	(1)	(66)	(67)
Custo do Imobilizado	6	132	138
Depreciação Acumulada	(1)	(66)	(67)
Saldo em 31.03.2023	5	66	71
Taxa Média de Depreciação	66,67%	50,00%	

Descrição	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.394	90.155	22.260	387.606
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.337)	(12.394)	(63.223)	(1.705)	-	(13.737)	(221.724)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(758)	(758)
Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Adições	-	-	-	-	-	6.187	-	6.187
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(87)	(9)	(276)	(56)	-	(616)	(1.044)
(+/-) Transferências	-	-	-	-	513	(513)	-	-
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.139	2.906	95.829	21.796	393.284
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.424)	(12.403)	(63.455)	(1.760)	-	(13.889)	(222.259)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(795)	(795)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2023	7.441	8.726	68	18.642	1.153	95.829	7.112	138.971
Taxa Média de Depreciação	-	3,40%	3,35%	3,01%	12,35%	-	8,33%	

19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Consolidado	
Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,6
Operação	
	Percentuais (%)
Prédios e Construções	3,2
Máquinas e Equipamentos	2,9
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4
Veículos	13,9
Móveis e Utensílios	5,9

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução nº 674/2015.

19.3. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de março de 2023 são:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Reservatórios, Barragens e Adutoras	121.993	121.992
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.400	11.401
Máquinas e Equipamentos	45.382	45.178
Outros	14.132	14.132
Total	192.907	192.703

19.4. Ativos de Direito de Uso – CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida da rubrica do Imobilizado como Ativos de Direito de Uso.

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente, pela taxa de desconto de 8,09%, calculada pela Companhia.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	132	7.765
Circulante	-	-
Não Circulante	132	7.765
(+) Adições	-	-
(-) Depreciação	(66)	(616)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(37)
(-) Baixa	-	-
Saldo em 31.03.2023	66	7.112
Circulante	-	-
Não Circulante	66	7.112
PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	141	8.295
Circulante	141	1.579
Não Circulante	-	6.716
(+) Adições	-	-
(-) Baixas	-	-
(+) Juros Incorridos	2	157
(-) Pagamento Principal	(70)	(629)
(-) Juros Pagos	(2)	(157)
Saldo em 31.03.2023	71	7.666
Circulante	71	1.267
Não Circulante	-	6.399

19.4.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
2024	1.194	1.194
2025	1.134	1.135
2026	1.112	1.112
2027	1.112	1.112
2027+	1.847	2.163
Total	6.399	6.716

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

NOTAS Explicativas**20. INTANGÍVEL**

	Controladora
Descrição	Ágio (i)
Saldo em 31.12.2022	3.938
Amortizações	(126)
Saldo em 31.03.2023	3.812
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(10.436)
Saldo em 31.03.2023	3.812
Taxa Média Amortização	0,2%

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação		Ágio (iii)	Itens em Andamento	Total
			Risco Hidrológico GSF (ii)				
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937		3.938	1.718	4.308.563
Custo Total	6.916.773	7.445	45.879		14.248	1.718	6.986.063
Amortização Acumulada	(2.658.309)	(6.939)	(1.942)		(10.310)	-	(2.677.500)
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937		3.938	1.718	4.308.563
Adições (iv)	161.813	-	-		-	-	161.813
Baixas	(14.499)	-	-		-	-	(14.499)
Amortizações	(71.723)	(48)	(388)		(126)	-	(72.285)
Saldo em 31.03.2023	4.334.055	458	43.549		3.812	1.718	4.383.592
Custo Total	7.064.087	7.445	45.879		14.248	1.718	7.133.377
Amortização Acumulada	(2.730.032)	(6.987)	(2.330)		(10.436)	-	(2.749.785)
Saldo em 31.03.2023	4.334.055	458	43.549		3.812	1.718	4.383.592
Taxa Média Amortização	4,4%	20,0%	3,4%		0,2%		

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

(iv) Referem-se aos investimentos realizados pela Celesc D, no primeiro trimestre de 2023, bifurcados entre intangível e ativo financeiro.

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Energia Elétrica	-	-	502.093	594.114
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	190.660	195.642
Materiais e Serviços	435	900	133.839	174.135
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	73.682	52.622
Total	435	900	900.274	1.016.513

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem cinco classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

A Companhia entende que os empréstimos já estão no seu valor justo e indexados a índices de mercado.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado		
	31.03.2023	31.12.2022	
Total Moeda Nacional	655.306	676.836	
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	558.222	578.809
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.253	93.253
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	1.892	2.110
Empréstimos Finame (iii)	6% a 9,5% a.a.	1.939	2.664
Total Moeda Estrangeira	1.208.379	1.166.319	
Empréstimos – BID (iv)	CDI + 0,82% a 1,93% a.a	1.208.379	1.166.319
Total	1.863.685	1.843.155	
Circulante	455.593	297.229	
Não Circulante	1.408.092	1.545.926	

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações, cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Companhia.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização foi em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022, porém, em 2 de dezembro de 2021, ocorreu o aditamento do contrato e o prazo para liquidação do principal passou a ser maio de 2023. Além disso, sua liquidação passou a ser prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*). A taxa de juros foi mantida no mesmo percentual da contratação original.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025. Não existem covenants relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025. Não existem covenants relacionados a esses empréstimos.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 6% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL. Não existem covenants relacionados a esses empréstimos.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

As liberações continuaram ocorrendo e tanto a opção de conversão em moeda nacional quanto a alteração da taxa de juros do contrato mencionadas anteriormente foram mantidas.

Notas Explicativas

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 31 de março de 2023, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374.302,95	CDI + 0,94 a.a.
28.01.2018	9.704.328,10	CDI + 0,94 a.a.
07.10.2019	26.210.755,00	CDI + 0,99 a.a.
10.12.2019	9.767.891,73	CDI + 0,82 a.a.
09.06.2020	7.273.169,76	CDI + 1,19 a.a.
13.10.2020	35.000.000,00	CDI + 1,85 a.a.
19.03.2021	25.000.000,00	CDI + 1,93 a.a.
14.12.2021	50.000.000,00	CDI + 1,21 a.a.

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições no Contrato de Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

22.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Ano 2024	138.306	276.139	56.596	56.596	194.902	332.735
Ano 2025	137.863	137.864	56.596	56.596	194.459	194.460
Ano 2026+	-	-	1.018.731	1.018.731	1.018.731	1.018.731
Total	276.169	414.003	1.131.923	1.131.923	1.408.092	1.545.926

22.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.833	414.003	676.836
Encargos Provisionados	23.557	-	23.557
Transferências	137.834	(137.834)	-
Amortizações de Principal	(939)	-	(939)
Pagamentos de Encargos	(44.148)	-	(44.148)
Saldos em 31 de março de 2023	379.137	276.169	655.306

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.396	1.131.923	1.166.319
Encargos Provisionados	42.060	-	42.060
Saldos em 31 de março de 2023	76.456	1.131.923	1.208.379

23. DEBÊNTURES

23.1. Debêntures 2018 – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250,0 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Companhia (Celesc Holding) prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023, com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 1,9% ao ano.

Notas Explicativas

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020, e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de Março de 2023, foram pagos R\$56,5 milhões de remuneração e R\$216,6 milhões de principal.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.2. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de abril de 2021, 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550,0 milhões, com vencimento para 15 de abril de 2026. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

As debêntures são da espécie quirografária, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória. A Companhia prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6 % ao ano.

A remuneração está prevista para pagamento de duas maneiras: a primeira, de forma trimestral e a partir da data de emissão, com vencimento todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, iniciando em 15 de julho de 2021 e terminando em 15 de outubro de 2022, e a segunda, de forma mensal e a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência. Até 31 de Março de 2023, foram pagos R\$123,3 milhões de remuneração e R\$76,7 milhões de principal.

A amortização está prevista em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida em 15 de outubro de 2022.

Anualmente, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.3. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciou em junho de 2021 e a amortização iniciará em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 31 de março de 2023, já foram pagos R\$3,5 milhões de remuneração.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa e o equivalente de caixa foram superiores às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$14,4 milhões, tornando o resultado de Dívida Líquida nulo para a relação.

NOTAS Explicativas**23.4. Movimentação das Debêntures**

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	606.113	
Encargos Provisionados	21.434	
Pagamentos Encargos	(20.904)	
Pagamentos do Principal	(55.039)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	380	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	33	
Saldo em 31.03.2023	552.017	
Circulante	193.618	
Não Circulante	358.399	

23.5. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Ano 2023	971	1.384
Ano 2024	1.057	1.056
Ano 2025	1.054	1.054
Ano 2026+	927	927
Total	4.009	4.421

23.6 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Controladora					31.03.2023
	31.12.2022	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	
Dividendos e JCP a Pagar	157.602	-	-	-	41.694	199.296
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.4)	141	(70)	(70)	(2)	2	71
Total	157.743	(70)	(70)	(2)	41.696	199.367

Descrição	Consolidado						
	31.12.2022	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa(ii)	31.03.2023
Empréstimos e Financiamentos	1.843.155	-	(939)	(939)	(44.148)	65.617	1.863.685
Debêntures	606.113	-	(55.039)	(55.039)	(20.904)	21.847	552.017
Dividendos e JCP	157.602	-	-	-	-	41.694	199.296
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.4)	8.295	-	(629)	(629)	(157)	157	7.666
Total	2.615.165	-	(56.607)	(56.607)	(65.209)	129.315	2.622.664

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$65,6 milhões. As debêntures totalizaram R\$21,0 milhões.

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.173	1.241	113.462	115.144
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	92.882	108.854
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	4.708	10.197
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	36.850	27.070
Folha de Pagamento Líquida	316	297	16.742	16.815
Total	1.489	1.538	264.644	278.080
Circulante	1.489	1.538	223.456	227.670
Não Circulante	-	-	41.188	50.410

24.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Notas Explicativas

Planos	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI 2016	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2017	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2018	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2019	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2020	24 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2021	15 anos (i)	De 24 a 60	Não há

(i) Desde que o empregado tenha pelo menos 50 anos de idade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

Plano	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI-E 2020	33 anos	De 36 a 60	18

Em setembro de 2021, foi aprovada a realização do PDI 2021 (edição vigente). Os desligamentos do PDI 2021 iniciaram em novembro e contam com um total de 159 saídas até o momento.

Desde a implantação do programa até 31 de março de 2023, ocorreram 1.187 desligamentos, que totalizaram despesas no montante de R\$488,5 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa, classificados por ano.

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	10	-
Totais	1.187	488.528

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

25. TRIBUTOS**25.1. Tributos Federais**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2022	31.03.2022	31.12.2022
IRPJ e CSLL	-	2.863	54.547	30.996
IRRF sobre JCP	4.180	4.305	11.681	17.173
PIS e COFINS	4.948	9.659	48.066	49.419
Outros	34	17.865	2.916	21.290
Total a Recolher	9.162	34.692	117.210	118.878
(-) Tributos a Compensar	(38.762)	(44.331)	(1.085.643)	(1.165.085)
Total Líquido	(29.600)	(9.639)	(968.433)	(1.046.207)

25.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
ICMS	-	-	219.740	168.346
Total a Recolher	-	-	219.740	168.346
(-) Tributos a Compensar	-	-	(57.688)	(57.941)
Total Líquido	-	-	162.052	110.405

NOTAS EXPLICATIVAS**25.3. Tributos Municipais**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
ISS	103	107	2.037	2.566
IPTU	-	-	25	7
Total a Recolher	103	107	2.062	2.573
(-) Tributos a Compensar	-	-	(994)	(992)
Total Líquido	103	107	1.068	1.581

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Programa Eficiência Energética – PEE (i)	64.973	61.094
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (i)	56.956	54.759
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	19.472	19.472
Parcelamento ECE (ii)	22.451	26.254
Taxa de Fiscalização ANEEL	823	824
Outros	447	306
Total	165.122	162.709
Circulante	61.138	56.066
Não Circulante	103.984	106.643

i) P&D e PEE – Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

ii) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de março de 2023, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

27.1. Contingências Prováveis

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Tributária	47.582	47.578	19.222	19.222
Trabalhistas	4.686	4.686	2.298	2.298
Cíveis	3.045	3.027	537	575
Regulatórias	22.111	22.111	3.358	3.358
Total	77.424	77.402	25.415	25.453

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Tributária (i)	48.853	48.849	31.022	30.847
Trabalhistas (ii)	21.846	22.757	47.091	45.704
Cíveis (iii)	99.563	108.513	201.493	199.019
Regulatórias (iv)	179.751	179.751	123.664	121.027
Ambientais (v)	-	-	2.015	2.423
Total	350.013	359.870	405.285	399.020

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo em 31.12.2022	77.402	25.453	359.870	399.020
Constituição	103	-	20.919	38.638
Atualização Financeira	-	-	-	2.636
Baixas	(81)	(38)	(30.776)	(35.009)
Saldo em 31.03.2023	77.424	25.415	350.013	405.285

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.404.7200, em que é parte, no valor de R\$28,0 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. O processo aguarda instrução por perícia judicial.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$15,1 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18. 017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

Na Celesc D, o depósito judicial mais relevante se refere ao processo nº 1005589- 77.2017.4.01.3400, no valor de R\$119,1 milhões. A discussão, em âmbito judicial, é sobre o processo de subcontratação de 2014, onde existem dois impactos: o primeiro sobre a questão do não repasse tarifário apurado pela ANEEL e o segundo sobre a penalidade apurada pela CCEE. Destaca-se o fato da penalidade de subcontratação ter um rito específico e multilateral, que deve contemplar, inclusive, discussões *ex-post*.

Em 2020, a sentença da 6ª Vara Federal Cível do Distrito Federal julgou o processo improcedente em primeiro grau. Na ação, a Celesc D visava anular a penalidade imposta pela CCEE em razão da falta de lastro contratual no ano de 2014. A Celesc D interpôs apelação cível e mantém a discussão, considerando que tal decisão não levou em conta diversos aspectos da apuração da penalidade. Para conseguir um efeito suspensivo e não ser considerada inadimplente a distribuidora ofertou depósito judicial no valor integral da penalidade. Considerando a peculiaridade do caso e a avaliação do fato concreto, existe razoável possibilidade de anular a sentença e, assim, o processo foi classificado com uma estimativa de perda possível.

As baixas mais relevantes por perdas em depósitos judiciais são referentes as indenizações de fomicultores no norte do Estado, ambiental pelo vazamento de óleo de transformador, ressarcimentos de seguro, verbas rescisórias, intervalos intrajornada e interjornada de trabalho, exploração de faixa de domínio, inexistência de débito, dano mora, rescisão contratual, alteração de classe de consumo e dano material.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e também de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas à contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas a notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$15,1 milhões e se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 50290494820214047200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário. A Celesc opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do crédito tributário. Julgados improcedentes os embargos e apresentado recurso. O Tribunal negou provimento ao recurso da Companhia, sendo apresentado recurso à instância superior.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

NOTAS EXPLICATIVAS

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$73,0 milhões, revisão de faturamentos em torno de R\$2,6 milhões, reclassificação tarifária de R\$1,1 milhão, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$18,1 milhões, incêndios no montante de R\$20,4 milhões, cobrança indevida no valor de R\$3,4 milhões, suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica em torno de R\$10,0 milhões, ocupação da faixa de domínio da rodovia BR-101 com equipamentos de infraestrutura de distribuição de energia elétrica no montante de R\$6,1 milhões, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014 (Nota 2.1.1.1, item d).

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

27.2. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Tributárias (i)	437.595	150.602
Trabalhistas (ii)	22.424	20.596
Cíveis (iii)	404.809	432.505
Regulatórias (iv)	190.427	190.529
Ambientais (v)	26.035	28.432
Total	1.081.290	822.664

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil (Nota 17.6.1).

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$17,9 milhões.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Notas Explicativas

Como valores mais relevantes, tem-se R\$15,2 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$20,1 milhões sobre discussão de inexigibilidade de débito pelo consumidor, R\$4,7 milhões de danos morais/materiais, R\$12,0 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Planos Previdenciários	713.982	740.746
Plano Misto e Plano Transitório (a)	713.982	740.746
Planos Assistenciais	1.158.781	1.161.429
Plano CELOS Saúde (b)	1.104.329	1.106.999
Outros Benefícios (c)	54.452	54.430
Total	1.872.763	1.902.175
Circulante	242.760	242.238
Não Circulante	1.630.003	1.659.937

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões referem-se ao saldo da dívida pactuada com a CELOS em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou, a partir de 2015, a atualização monetária e os juros como resultado financeiro, em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefício a Empregados.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

NOTAS Explicativas**28.1. Resultados da Avaliação Atuarial****28.1.1. Obrigações Atuariais**

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	
Saldo em 31.12.2021	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.503	-	(39.756)	136	-	(38.117)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	-	111.118
Juros s/ Obrigação Atuarial	259.463	68.033	116.387	160	5.975	450.018
Benefícios Pagos no Exercício	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(5.071)	(426.121)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(97.178)	(28.790)	(621)	36	(5.365)	(131.918)
Saldo em 31.12.2022	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154

28.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	
Passivo (Ativo) em 31.12.2021	567.108	313.574	1.078.690	-	58.891	2.018.263
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(1.998.714)	(390.962)	(52.626)	(13.529)	-	(2.455.831)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	11.852	-	11.852
Passivo (Ativo) em 31.12.2022	482.960	257.786	1.106.999	-	54.430	1.902.175

28.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio		
Saldo em 31.12.2021	1.941.920	369.239	50.097	12.800		2.374.056
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)		(421.050)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-		111.118
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	87.566	78.562	65.669	-		231.797
Rendimentos Esperados dos Ativos	203.257	38.936	6.287	1.352		249.832
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(42.887)	(22.467)	(24.255)	(313)		(89.922)
Saldo em 31.12.2022	1.998.714	390.962	52.626	13.529		2.455.831

28.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Trimestre

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022
Plano Transitório	6.433	7.275
Plano Misto	13.326	14.427
Plano Médico	20.226	17.586
Outros Benefícios	1.561	1.528
Total	41.546	40.816
Despesa Pessoal	33.595	28.916
Despesa Financeira	7.951	11.900
Total	41.546	40.816

28.1.5. Despesa Estimada para o Exercício de 2023

A estimativa da despesa para o exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2023
Plano Transitório	25.730
Plano Misto	53.303
Plano Pecúlio	153
Plano Médico	80.905
Outros	6.093
Total	166.184

Notas Explicativas**28.1.6. Movimentação do Passivo Atuarial**

Descrição	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2022	740.746	1.106.999	54.430	1.902.175
Pagamento	(46.523)	(22.896)	(1.539)	(70.958)
Provisão	19.759	20.226	1.561	41.546
Saldo em 31.03.2023	713.982	1.104.329	54.452	1.872.763

29. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na Nota 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão ressarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, o tema ainda é alvo de discussão administrativa pelo colegiado da ANEEL, via abertura da Consulta Pública nº 005/2021, publicada em 10 de fevereiro de 2021. O período de contribuição foi definido até 29 de março de 2021, com vistas à obtenção de subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários advindos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS mencionados anteriormente.

A Consulta Pública nº 005/2021, apesar de seu prazo de contribuições ter se encerrado em 29 de março de 2021, continua sob apreciação da agência reguladora.

Quanto à proposta de devolução, os principais pontos abordados pela agência reguladora foram os seguintes: i) como devem ser devolvidos os valores; ii) em quanto tempo deve ser realizada a devolução; iii) medidas de incentivos pela atuação das distribuidoras em âmbito judicial no deslinde da questão; e iv) quais as alternativas para a operacionalização da devolução dos créditos e possíveis implicações.

Tendo em conta o preâmbulo da discussão, a Celesc D ponderou em sua contribuição que há a necessidade, dentre outras, de avaliação também quanto à prescrição como marco de limitação para devolução aos consumidores, fundamental para não incorrer em repetição de indébito. Nesse sentido, considerou-se relevante a avaliação do órgão regulador, no que se refere à prescrição dos respectivos créditos, considerando a discussão da forma de devolução em virtude do elevado intervalo temporal abrangido nos processos e da definição clara sobre os prazos prescricionais, podendo tal fato ser relegado ao judiciário, eventualmente, a depender da recomendação da agência reguladora.

Destaca-se que, na Revisão Tarifária Periódica - RTP da Celesc D de 22 de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória para os consumidores da área de sua concessão a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação a ser editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/Cofins aos clientes de Distribuidoras.

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que vigora então com o inciso II, do artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos já compensados pela Celesc D, no montante de R\$ 806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% aos consumidores.

Desta forma, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial

Notas Explicativas

da SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2022 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2022, no valor de R\$778,4 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir a Consumidores do Passivo Não Circulante para a conta Passivo Financeiro – CVA do Passivo Circulante. Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, foi constituído um Ativo Financeiro – CVA em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente descontados no último processo tarifário de forma precária, em virtude de a atualização feita pela ANEEL não estar alinhada à legislação tributária vigente, conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da CP05/2021 com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão junto aos processos nº 48500.001747/2020-22 e nº 8500.004897/2021-79 e, adicionalmente, expressos na Nota Técnica nº 161/2022-SGT/ANEEL, de 12/8/2022:

56. Por meio da Carta CELESC S/N de 11 de agosto de 2022, a concessionária se manifestou em relação a divergências na forma de atualização e de contabilização dos valores de reversão ao consumidor de créditos de PIS/COFINS. Ressaltamos que o tema ainda se encontra em discussão no âmbito da CP nº 05/2021 e os apontamentos da CELESC serão levados em conta no fechamento do normativo. Uma vez definida e homologada a metodologia regulatória para o tratamento dos valores, eventuais ajustes futuros dos valores poderão ser feitos.

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

30.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30.3. Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2023 e de 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de março de 2023 e de 2022, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Nesse exercício, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Demonstrações Financeiras Anuais.

No primeiro trimestre, em 31 de março de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas**30.4. Composição do Lucro Básico e Diluído**

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	5,3347	6,3572
Ações Preferenciais Nominativas – PN	5,8682	6,9930
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	82.833	98.710
Ações Preferenciais Nominativas – PN	135.230	161.149
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	218.063	259.859

30.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 2023, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cuja aprovação está demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Valor Bruto	Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	16.03.2023	45.874	41.693
Total		45.874	41.693

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofrerão atualização monetária, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

30.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,16 bilhões, em 31 de março de 2023, e R\$1,16 bilhões, em 31 de dezembro de 2022, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022
Custo Atribuído – Celesc G (a)	13.323	13.470
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.035.048)	(1.035.048)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.158.986)	(1.158.839)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes (Nota 15).

NOTAS Explicativas**31. SEGUROS**

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2023, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado	
					Valor Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Garantia de Processos Judiciais/Administrativos	26.04.2022 a 08.06.2023		500.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	10.11.2022 a 10.11.2023		27.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		147.126
Celesc G	Alagamento e Inundação	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		30.000
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		41.443
Celesc G	Queda de Máquina	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		41.443
Celesc G	Contenção de Sinistros	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		10.000
Celesc G	Erros e Omissões	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		2.000
Celesc G	Remoção de Entulho	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		4.000
Celesc G	Tumulto e Greve	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		30.000
Celesc G	Queda de Aeronave e Vendaval	Usinas e Subestações	01.09.2022 a 01.09.2023		73.563
Controladora	Seguro D&O	Responsabilidade Civil D&O (<i>Directors & Officers</i>)	05.08.2022 a 05.08.2023		100.000
Controladora	Seguro Garantia	Garantia de Processos Judiciais – Execuções Fiscais	18.11.2022 a 18.11.2024		40.740

(i) As premissas e os riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração e correspondente aos trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022, são as seguintes:

Descrição	31.03.2023				
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	2.562.294	46.806	(2.115)	2.606.985
Custo das Vendas	-	(2.102.418)	(10.484)	2.115 (i)	(2.110.787)
Resultado Operacional Bruto	-	459.876	36.322	-	496.198
Despesas com Vendas	-	(59.778)	(211)	-	(59.989)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.980)	(140.029)	(4.229)	-	(150.238)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.886	48.182	(167)	-	49.901
Resultado de Equivalência Patrimonial	225.090	-	3.801	(212.302) (ii)	16.589
Resultado das Atividades	220.996	308.251	35.516	(212.302)	352.461
Receitas Financeiras	(2.881)	287.046	4.501	(3.045) (iii)	285.621
Despesas Financeiras	(52)	(340.000)	(1.510)	3.045 (iii)	(338.517)
Resultado Financeiro, Líquido	(2.933)	(52.954)	2.991	-	(52.896)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	218.063	255.297	38.507	(212.302)	299.565
IRPJ e CSLL	-	(69.708)	(11.794)	-	(81.502)
Lucro Líquido do Exercício	218.063	185.589	26.713	(212.302)	218.063
Total dos Ativos	3.292.527	10.446.869	976.492		
Total dos Passivos	237.162	8.594.561	198.015		

Descrição	31.03.2022				
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	2.624.502	55.008	(2.356)	2.677.154
Custo das Vendas	-	(2.129.782)	(8.866)	2.356	(2.136.292)
Resultado Operacional Bruto	-	494.720	46.142	-	540.862
Despesas com Vendas	-	(58.981)	156	-	(58.825)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.481)	(108.067)	(4.778)	-	(118.326)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	3.788	6.728	1	-	10.517
Resultado de Equivalência Patrimonial	264.425	-	1.246	(250.433)	15.238
Resultado das Atividades	262.732	334.400	42.767	(250.433)	389.466
Receitas Financeiras	(2.826)	99.398	3.608	(2.257)	97.923
Despesas Financeiras	(47)	(116.395)	(3.231)	2.257	(117.416)
Resultado Financeiro, Líquido	(2.873)	(16.997)	377	-	(19.493)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	259.859	317.403	43.144	(250.433)	369.973
IRPJ e CSLL	-	(95.875)	(14.239)	-	(110.114)
Lucro Líquido do Período	259.859	221.528	28.905	(250.433)	259.859
Total dos Ativos	3.043.353	11.552.907	956.138		
Total dos Passivos	196.826	9.886.055	235.810		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

NOTAS EXPLICATIVAS**32.1. Receita Operacional Consolidada**

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Receita Operacional Bruta – ROB	4.003.404	4.446.330
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.676.188	2.670.866
Fornecimento não faturado (a)	1.140	65.590
Suprimento de Energia Elétrica (a)	113.345	138.824
Suprimento não faturado (a)	335	(183)
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	1.815.391	1.425.928
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	8.056	6.258
Receita Financeira	24.482	28.850
Renda de Prestação de Serviços	261	423
Energia Elétrica de Curto Prazo	37.685	69.586
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro (Parcela A - CVA)	(115.249)	(401.839)
Outras Receitas Operacionais	3.015	2.481
Doações e Subvenções (ii)	163.247	182.314
Receita de Construção – CPC 47	275.508	257.232
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.396.419)	(1.769.176)
ICMS	(565.637)	(898.201)
PIS	(51.949)	(53.847)
COFINS	(239.279)	(248.027)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(513.283)	(542.478)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(17.405)	(12.219)
Programa Eficiência Energética – PEE	(5.706)	(11.844)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(2.470)	(2.213)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(684)	(347)
Outros Encargos	(6)	-
Receita Operacional Líquida – ROL	2.606.985	2.677.154

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), no primeiro trimestre de 2023, foi de R\$141,3 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$8,4 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$11,8 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$1,7 milhões.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Residencial	2.638.480	2.565.332	2.079.319	1.975.605	1.451.474	1.743.867
Industrial	134.748	128.428	2.629.066	2.628.659	373.004	512.229
Comercial	312.209	302.004	1.383.481	1.293.378	705.547	912.647
Rural	226.468	230.043	298.371	297.564	195.873	255.443
Poder Público	25.493	24.422	127.148	121.316	87.185	105.494
Iluminação Pública	1.117	1.012	145.180	167.716	57.704	90.101
Serviço Público	4.179	4.008	111.285	94.465	52.258	79.227
Reclassificação Receita Disponibilidade Rede Elétrica Consumidores Cativos	-	-	-	-	(1.245.717)	(962.552)
Total do Fornecimento	3.342.694	3.255.249	6.773.850	6.578.703	1.677.328	2.736.456
Suprimento de Energia	130	123	738.979	768.766	113.680	138.641
Total	3.342.824	3.255.372	7.512.829	7.347.469	1.791.008	2.875.097

(i) Informações não revisadas

NOTAS Explicativas**32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	31.03.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.171.278	-	-	-	1.171.278
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	449.850	-	-	-	449.850
Pessoal (c)	85.412	70.989	7.058	308	163.767
Administradores	-	2.227	-	-	2.227
Despesa Atuarial	-	33.595	-	-	33.595
Entidade de Previdência Privada (c)	4.157	2.984	271	-	7.412
Material	9.315	2.034	-	3.810	15.159
Custo de Construção	275.508	-	-	-	275.508
Custos e Serviços de Terceiros	43.146	30.223	14.297	387	88.053
Depreciação e Amortização	66.415	6.658	103	493	73.669
Provisões Líquidas	-	-	30.556	31.881	62.437
Arrendamento e Aluguéis	335	3.990	66	(136)	4.255
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(63.604)	(63.604)
Outras Receitas/Despesas	5.371	(2.462)	7.638	(23.040)	(12.493)
Total	2.110.787	150.238	59.989	(49.901)	2.271.113

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	31.03.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.157.852	-	-	-	1.157.852
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	526.559	-	-	-	526.559
Pessoal (c)	83.697	53.689	16.162	205	153.753
Administradores	-	2.115	-	-	2.115
Despesa Atuarial	-	28.916	-	-	28.916
Entidade de Previdência Privada (c)	4.098	2.151	590	-	6.839
Material	7.032	1.881	-	4.894	13.807
Custo de Construção	257.232	-	-	-	257.232
Custos e Serviços de Terceiros	36.087	21.330	11.097	347	68.861
Depreciação e Amortização	60.118	6.768	101	493	67.480
Provisões Líquidas	-	-	22.227	45.077	67.304
Arrendamento e Aluguéis	165	2.285	69	(90)	2.429
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(49.976)	(49.976)
Outras Receitas/Despesas	3.452	(809)	8.579	(11.467)	(245)
Total	2.136.292	118.326	58.825	(10.517)	2.302.926

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	830.839	771.944
Câmara de Comercialização de Energia – CCBE	15.177	1.962
Itaipu Binacional	155.823	235.765
Contratos Bilaterais	32.584	(136)
Cotas de Energia Nuclear	52.522	55.256
Cotas de Garantia Física	126.564	126.260
Proinfa	73.736	85.774
PIS/COFINS	(115.967)	(119.967)
Total	1.171.278	1.156.858

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022
Encargo de Uso do Sistema	361.547	292.315
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	3.700	209.555
Encargos de Transporte de Itaipu	24.867	21.673
Encargo de Energia de Reserva – EER	105.589	56.687
PIS/COFINS	(45.853)	(53.671)
Total	449.850	526.559

NOTAS EXPLICATIVAS**c) Pessoal e Previdência Privada**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Pessoal	2.288	2.297	163.767	153.753
Remunerações	2.143	2.212	78.079	75.774
Encargos Sociais	50	54	37.634	32.407
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	9.639	9.649
Benefícios Assistenciais	-	-	24.614	21.294
Provisões e Indenizações	53	-	13.755	14.592
Outros	42	31	46	37
Previdência Privada – CELOS	1	2	7.412	6.839
Total	2.289	2.299	171.179	160.592

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

32.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Receitas Financeiras	(2.881)	(2.826)	285.621	97.923
Renda de Aplicações Financeiras	1.132	290	24.139	21.711
Juros s/Depósitos Vinculados	4	-	4	-
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	26.069	30.843
Variações Monetárias	-	158	8.129	12.978
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	25.099	37.281
Renda de Dividendos	52	(161)	52	(161)
Juros sobre Capital Próprio	51.525	38.197	1.518	38.197
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	(51.525)	(38.197)	(1.518)	(38.197)
Outras Receitas Financeiras	786	463	221.202	3.866
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(4.855)	(3.576)	(19.073)	(8.595)
Despesas Financeiras	(52)	(47)	(338.517)	(117.416)
Encargos de Dívidas	-	-	(61.575)	(48.926)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(7.951)	(11.900)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(629)	(3.239)
Variações Monetárias	-	-	(20.065)	(20.000)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(4.144)	(2.930)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(22.068)	(22.563)
Juros sobre Capital Próprio	(45.874)	(34.701)	(45.874)	(34.701)
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	45.874	34.701	45.874	34.701
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(1.807)	(3.584)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(2)	(6)	(157)	(279)
Outras Despesas Financeiras	(50)	(41)	(220.121)	(3.995)
Resultado Financeiro	(2.933)	(2.873)	(52.896)	(19.493)

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D**33.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	3.676.665	3.432.655
Caixa e Equivalentes de Caixa	794.757	835.653
Contas a Receber de Clientes	1.939.180	1.743.436
Estoque	23.103	19.946
Tributos a Recuperar	743.285	652.607
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	47.086
Bônus Escassez Hídrica	1.138	1.138
Outros	128.116	132.789
Não Circulante	6.770.204	6.881.685
Realizável a Longo Prazo	2.429.103	2.615.588
Contas a Receber de Clientes	16.579	16.775
Tributos Diferidos	688.479	709.023
Tributos a Recuperar	356.167	524.012
Depósitos Judiciais	271.377	281.256
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.093.856	1.005.617
Ativo Financeiro – CVA	-	76.448
Outros	2.645	2.457
Imobilizado	7.046	7.633
Intangível	4.334.055	4.258.464
Total do Ativo	10.446.869	10.314.340

NOTAS Explicativas**33.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

Passivo	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	4.113.114	3.765.969
Fornecedores	892.233	1.008.600
Empréstimos Moeda Nacional	379.137	262.833
Empréstimos Moeda Estrangeira	76.456	34.396
Debêntures	190.243	207.621
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	221.967	226.132
Tributos a Recolher	319.075	233.759
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	197.312	154.806
Taxas Regulamentares	60.488	55.568
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	84.746	81.701
Passivo de Arrendamento	1.196	1.438
Passivo Atuarial (CPC 33)	242.760	242.238
Passivos Financeiros – CVA	669.912	753.564
Bônus Escassez Hídrica	1.124	1.144
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	639.887	366.981
Outros	136.578	135.188
Não Circulante	4.481.447	4.831.645
Empréstimos Moeda Nacional	276.169	414.003
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.131.923	1.131.923
Debêntures	317.887	356.032
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	41.188	50.410
Taxas Regulamentares	102.304	105.094
Passivo de Arrendamento	6.399	6.716
Passivo Atuarial (CPC 33)	1.630.003	1.659.937
Provisão para Contingências	379.870	373.567
Passivos Financeiros – CVA	116.758	-
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	478.946	733.963
Patrimônio Líquido	1.852.308	1.716.726
Capital Social	1.580.000	1.580.000
Reservas de Lucro	1.171.774	1.171.774
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.035.048)	(1.035.048)
Lucros Acumulados	135.582	-
Total do Passivo	10.446.869	10.314.340

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o repasse de R\$70,0 milhões da Celesc G à Celesc D na forma de contrato de mútuo. A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.316, de 19 de outubro de 2021, tendo sido firmado o contrato entre as partes em 1º de novembro de 2021, data em que foram repassados os recursos. O contrato prevê o acréscimo de juros ao valor principal, com base na remuneração do CDI + 2,1% ao ano, e tinha vigência de 12 meses.

Os recursos repassados tiveram a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do contrato de concessão e de todas as exigências regulatórias para o alcançar dos indicadores de qualidade.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de outubro de 2022, foi aprovada a prorrogação desse contrato por mais 12 meses, visando adequar o fluxo de caixa da Celesc D às necessidades operacionais e de investimento, mitigando os riscos de não cumprimento das obrigações financeiras nos exercícios de 2022 e 2023.

Até 31 de março de 2023, já foram reconhecidos R\$13,6 milhões (R\$10,5 milhões referentes a 2022 e R\$3,1 milhões referentes a 2023) de juros remuneratórios.

NOTAS Explicativas**33.3. Demonstração de Resultados**

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	2.562.294	2.624.502
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	2.393.979	2.762.851
Receita de Ativos (Passivos) Financeiros - CVA	(115.249)	(401.839)
Receita de Construção – CPC 47	275.508	257.232
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	8.056	6.258
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(2.102.418)	(2.129.782)
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.616.432)	(1.680.689)
Custo dos Serviços Prestados	(210.478)	(191.861)
Custo de Construção – CPC 47	(275.508)	(257.232)
Resultado Operacional Bruto	459.876	494.720
Despesas Operacionais	(151.625)	(160.320)
Despesas com Vendas	(59.778)	(58.981)
Despesas Gerais e Administrativas	(140.029)	(108.067)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	48.182	6.728
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	308.251	334.400
Resultado Financeiro	(52.954)	(16.997)
Receitas Financeiras	287.046	99.398
Despesas Financeiras	(340.000)	(116.395)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	255.297	317.403
IRPJ e CSLL	(69.708)	(95.875)
Corrente	(49.163)	(131.338)
Diferido	(20.545)	35.463
Lucro Líquido do Exercício	185.589	221.528

33.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Receita Operacional Bruta – ROB	3.953.640	4.387.738
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.669.446	2.662.983
Fornecimento Não Faturado (a)	1.658	64.748
Suprimento de Energia Elétrica (a)	94.592	116.880
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	(115.249)	(401.839)
Disponibilização da Rede Elétrica	1.816.274	1.426.672
Energia de Curto Prazo	36.832	69.586
Renda de Prestação de Serviços	261	423
Doações e Subvenções	163.247	182.314
Receita de Construção	275.508	257.232
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	8.056	6.258
Outras Receitas Operacionais	3.015	2.481
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.391.346)	(1.763.236)
ICMS	(565.637)	(898.201)
PIS	(51.251)	(52.956)
COFINS	(236.064)	(243.921)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(513.283)	(542.478)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(17.119)	(11.844)
Programa Eficiência Energética – PEE	(5.706)	(11.844)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(2.280)	(1.992)
Outros Encargos	(6)	-
Receita Operacional Líquida – ROL	2.562.294	2.624.502

Fornecimento: o decréscimo se deve, principalmente, pela redução da alíquota de ICMS imposta pela Lei Complementar nº 194/2022, bem como a redução no faturamento de Bandeiras Tarifárias, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/MWh.

Energia de curto prazo: redução na venda de Energia Excedente (MVE).

Disponibilidade de uso da rede: o acréscimo se deve pela aplicação do reajuste tarifário médio de 11,32%, a partir de 22 de agosto de 2022 (ciclo 2022/2023) e no aumento de consumo médio de 3,3% (consumidores livres). Há, ainda, a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica

Receita ativo (passivo) financeiro regulatório: o decréscimo ocorreu devido à redução dos custos com a variação dos custos não-generenciáveis (Parcela A) e a redução da receita de bandeiras tarifárias.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Notas Explicativas

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Residencial	2.638.480	2.565.332	2.079.319	1.975.605	1.451.474	1.743.867
Industrial	134.736	128.418	2.607.637	2.599.157	367.878	504.973
Comercial	312.208	302.003	1.378.296	1.286.495	704.449	911.178
Rural	226.468	230.043	298.371	297.564	195.873	255.443
Poder Público	25.493	24.422	127.148	121.316	87.185	105.494
Iluminação Pública	1.117	1.012	145.180	167.716	57.704	90.101
Serviço Público	4.179	4.008	111.285	94.465	52.258	79.227
Reclassificação Receita Disponibilidade Rede Elétrica Consumidores Cativos	-	-	-	-	(1.245.717)	(962.552)
Total do Fornecimento	3.342.681	3.255.238	6.747.236	6.542.318	1.671.104	2.727.731
Suprimento de Energia	54	53	571.827	625.252	94.592	116.880
Total	3.342.735	3.255.291	7.319.063	7.167.570	1.765.696	2.844.611

(i) Informações não revisadas

33.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	31.03.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	1.616.432	-	-	-	1.616.432
Pessoal	84.721	65.218	7.050	308	157.297
Despesa Atuarial	-	33.595	-	-	33.595
Entidade Previdência Privada	4.157	2.983	271	-	7.411
Material	9.239	2.027	-	3.645	14.911
Custo de Construção	275.508	-	-	-	275.508
Custos e Serviços de Terceiros	41.344	28.802	14.200	387	84.733
Depreciação e Amortização	65.687	6.483	103	-	72.273
Provisões Líquidas	-	-	30.466	31.919	62.385
Outros	5.330	921	7.688	(84.441)	(70.502)
Total	2.102.418	140.029	59.778	(48.182)	2.254.043

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	31.03.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	1.680.689	-	-	-	1.680.689
Pessoal	83.107	47.915	15.996	205	147.223
Despesa Atuarial	-	28.916	-	-	28.916
Entidade Previdência Privada	4.098	2.149	590	-	6.837
Material	6.903	1.852	-	4.894	13.649
Custo de Construção	257.232	-	-	-	257.232
Custos e Serviços de Terceiros	34.798	19.936	11.041	347	66.122
Depreciação e Amortização	59.375	6.631	101	-	66.107
Provisões Líquidas	-	-	22.620	44.987	67.607
Outros	3.580	668	8.633	(57.161)	(44.280)
Total	2.129.782	108.067	58.981	(6.728)	2.290.102

33.3.3. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativo (receita) ou Passivo (despesa) Financeiro.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos Empréstimos em moeda nacional, do BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No primeiro trimestre de 2023 o CDI acumulado foi de 3,24%, sendo que no mesmo período de 2022 foi 2,42%.

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Receitas Financeiras	287.046	99.398
Renda de Aplicações Financeiras	21.348	19.768
Variações Monetárias	8.129	12.978
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	25.099	37.281
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	26.068	30.842
Outras Receitas Financeiras	220.400	3.372
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(13.998)	(4.843)
Despesas Financeiras	(340.000)	(116.395)
Encargos de Dívidas	(61.575)	(48.926)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(7.951)	(11.900)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(629)	(3.239)
Encargos de Mutuo	(3.045)	(2.257)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(4.094)	(2.905)
Custo na Emissão de Debêntures	(380)	(380)
Variações Monetária Debêntures	(20.040)	(19.855)
Outras Variações Monetárias	(25)	(145)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(22.068)	(22.563)
Juros sobre Capital Próprio	(50.007)	(38.197)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	50.007	38.197
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(155)	(273)
Outras Despesas Financeiras	(220.038)	(3.952)
Resultado Financeiro	(52.954)	(16.997)

34. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

34.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	141.959	140.062
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.685	56.826
Contas a Receber de Clientes	15.224	15.800
Estoque	72	73
Tributos a Recuperar	5.406	2.300
Adiantamento a Fornecedores	1.805	1.805
Despesas Antecipadas	652	1.043
Dividendos e JCP a Receber	2.624	4.656
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	40.668	40.019
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	17.820	17.536
Outros	3	4
Não Circulante	834.533	815.408
Realizável à Longo Prazo	543.457	532.197
Mútuos (Nota 33.2)	84.746	81.701
Depósitos Judiciais	1.212	1.212
Tributos a Recuperar	706	768
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	312.473	306.791
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	141.899	139.304
Investimentos	113.497	110.956
Imobilizado	131.854	126.094
Intangível	45.725	46.161
Total do Ativo	976.492	955.470

34.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	62.964	73.332
Fornecedores	7.944	7.316
Debêntures	3.375	2.849
Tributos a Recolher	10.672	21.239
Taxas Regulamentares	650	498
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	38.724	38.724
Outros	1.599	2.706
Não Circulante	135.051	130.374
Debêntures	40.512	39.611
Tributos Diferidos	92.859	89.214
Taxas Regulamentares	1.680	1.549
Patrimônio Líquido	778.477	751.764
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	35.679	272.975
Reserva de Retenção de Lucros	237.296	-
Dividendos à Disposição da AGO	15.319	15.319
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.323	13.470
Lucros Acumulados	26.860	-
Total do Passivo	976.492	955.470

NOTAS Explicativas**34.3. Demonstração de Resultados**

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	46.806	55.008
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	46.806	55.008
Custos de Vendas	(10.484)	(8.866)
Custo de Operação	(10.484)	(8.866)
Lucro Bruto	36.322	46.142
Despesas Operacionais	(806)	(3.375)
Com Vendas	(211)	156
Gerais e Administrativa	(4.229)	(4.778)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(167)	1
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.801	1.246
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	35.516	42.767
Resultado Financeiro	2.991	377
Receitas Financeiras	4.501	3.608
Despesas Financeiras	(1.510)	(3.231)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	38.507	43.144
IRPJ e CSLL	(11.794)	(14.239)
Corrente	(8.148)	(10.963)
Diferido	(3.646)	(3.276)
Lucro Líquido do Exercício	26.713	28.905

34.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	51.879	60.948
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	5.660	6.434
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(518)	842
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	1.098	1.469
Suprimento de Energia Elétrica	19.969	21.439
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	335	(183)
Energia Elétrica de Curto Prazo	853	2.097
Receita Financeira Bonificação de Outorga	16.957	19.673
Receita Financeira Usina Pery	7.525	9.177
Deduções da Receita Operacional	(5.073)	(5.940)
PIS	(698)	(891)
COFINS	(3.215)	(4.106)
Taxa Fiscalização	(190)	(221)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(286)	(375)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(684)	(347)
Receita Operacional Líquida – ROL	46.806	55.008

Receita Financeira - A redução verificada nas receitas financeiras, quando comparado o primeiro trimestre de 2022 e 2023, é justificada pela redução do IPCA. No primeiro trimestre de 2022 o IPCA acumulado foi 3,2%, sendo que no mesmo período de 2023, o IPCA foi 2,09%.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Industrial	12	10	21.429	29.502	5.142	7.276
Comercial, Serviços e Outros	1	1	5.185	6.883	1.098	1.469
Suprimento de Energia	76	70	167.152	143.156	20.304	21.256
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	2.262	358	853	2.097
Total	89	81	196.028	179.899	27.397	32.098

(i) Informações não revisadas

NOTAS Explicativas**34.3.2. Custos e Despesas Operacionais**

	31.03.2023				
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	4.996	-	-	-	4.996
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	916	-	-	-	916
Encargos de Uso da Rede Elétrica	883	-	-	-	883
Pessoal	691	3.483	8	-	4.182
Material	76	7	-	165	248
Custos e Serviços de Terceiros	1.818	547	97	-	2.462
Depreciação e Amortização	728	108	-	-	836
Seguros	391	-	-	-	391
Provisões Líquidas	-	-	90	-	90
Tributos	14	40	16	-	70
Aluguéis	-	31	-	-	31
Outros	(29)	13	-	2	(14)
Total	10.484	4.229	211	167	15.091

	31.03.2022				
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	4.320	-	-	-	4.320
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	994	-	-	-	994
Encargos de Uso da Rede Elétrica	744	-	-	-	744
Pessoal	590	3.477	166	-	4.233
Material	129	29	-	-	158
Custos e Serviços de Terceiros	1.309	750	56	-	2.115
Depreciação e Amortização	743	81	-	-	824
Seguros	53	220	-	-	273
Provisões Líquidas	-	-	(393)	-	(393)
Tributos	(11)	33	15	-	37
Aluguéis	-	31	-	(1)	30
Outros	(5)	157	-	-	152
Total	8.866	4.778	(156)	(1)	13.487

Amortização: Com a repactuação do risco hidrológico em setembro de 2021, houve o reconhecimento do Ativo Intangível referente ao novo prazo de concessão das UHE's que foram repactuadas. Este Ativo Intangível é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

34.3.3. Resultado Financeiro

A receita financeira de R\$3,05 milhões é decorrente do reconhecimento dos juros referentes ao contrato de mútuo com a Celesc D. A redução dos juros das debêntures é justificada pela quitação das debêntures de 2018 ocorrida em novembro de 2022.

Descrição	31.03.2023	31.03.2022
Receitas Financeiras	4.501	3.608
Renda de Aplicação Financeira	1.659	1.653
Juros do Contrato de Mútuo	3.045	2.099
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	1	1
Outras Receitas Financeiras	(204)	(145)
Despesas Financeiras	(1.510)	(3.231)
Juros s/ as Debêntures	(1.394)	(3.048)
Custos na Emissão de Debêntures	(33)	(156)
Atualização do P&D	(50)	(25)
Outras Despesas Financeiras	(33)	(2)
Resultado Financeiro	2.991	377

35. EVENTOS SUBSEQUENTES**35.1. Previsão de Entrada de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.120, de 24 de abril de 2023, fixou os montantes de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE nº 15, de 31 de agosto de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 2 de maio de 2023, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.



NOTAS Explicativas

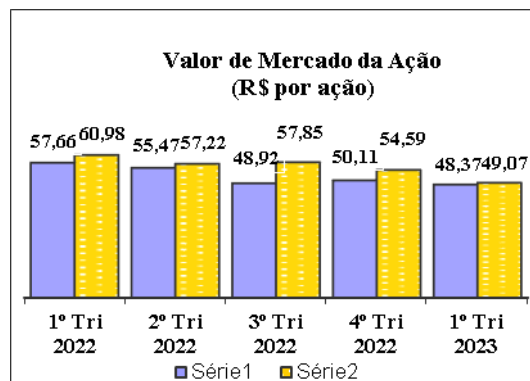
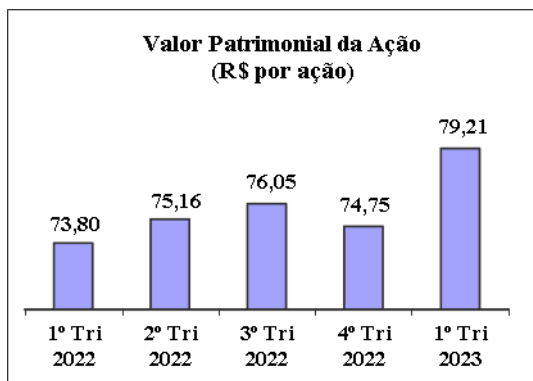
O valor que caberá à Celesc D é de R\$27.411.649,17 (vinte e sete milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), que corresponde a 4,41696% do montante total a ser repassado, previsto no anexo do mencionado Despacho.

Comunicação que a Companhia Entenda Relevantes

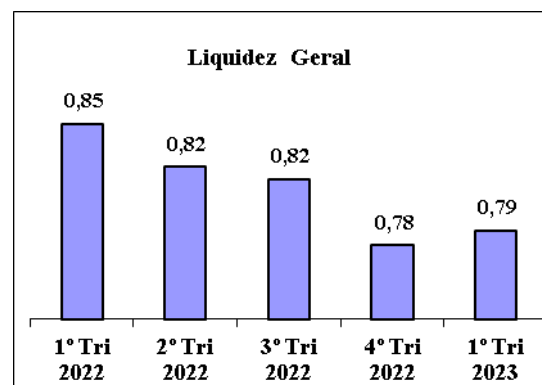
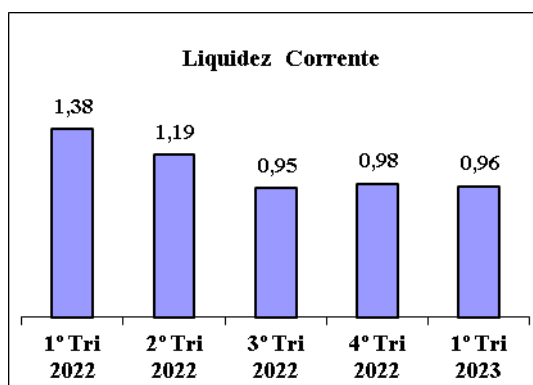
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

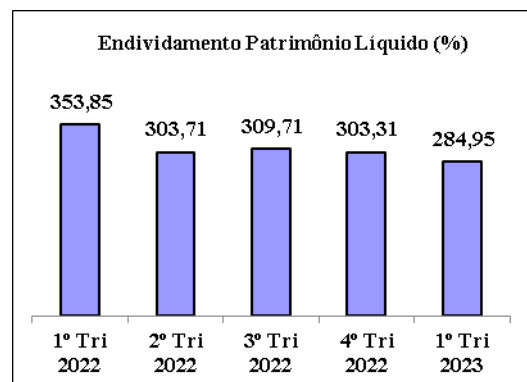
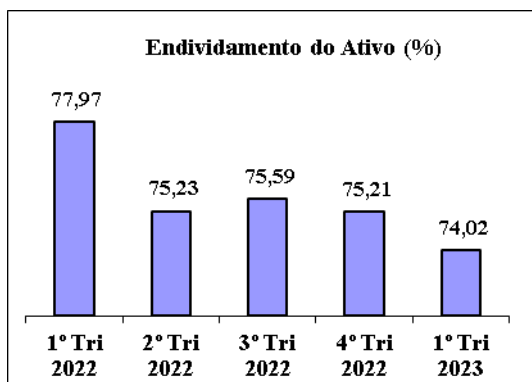
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

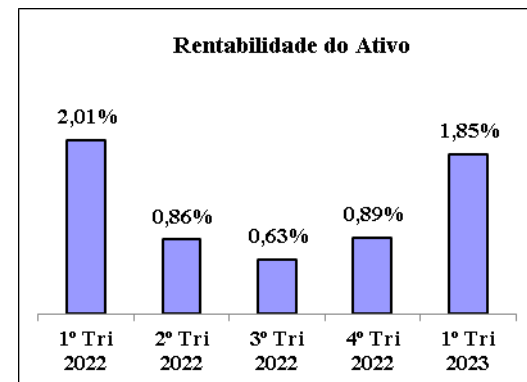
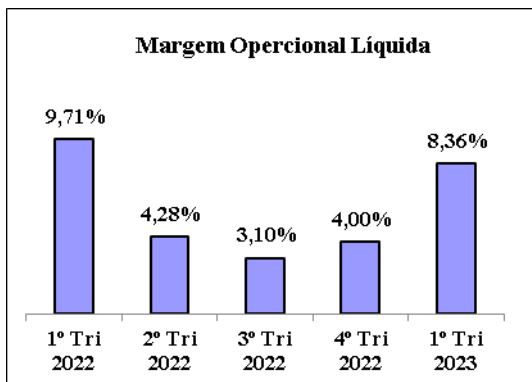
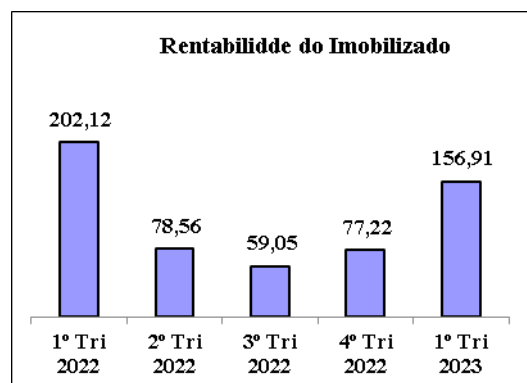
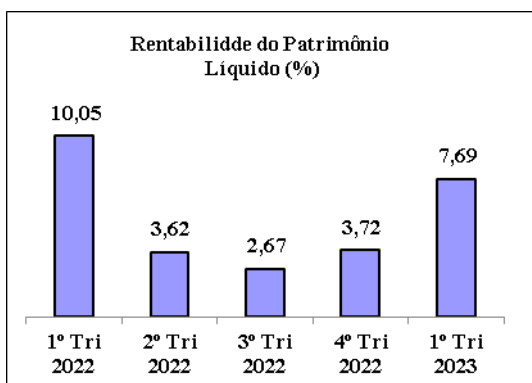


1.3. Endividamento

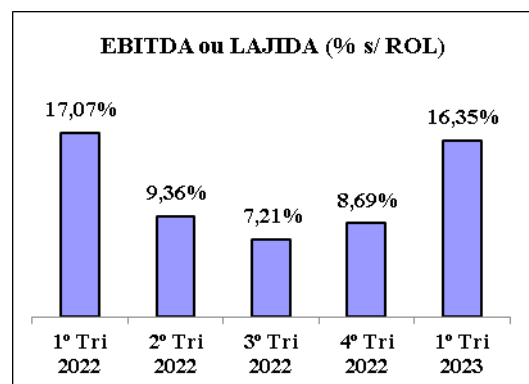
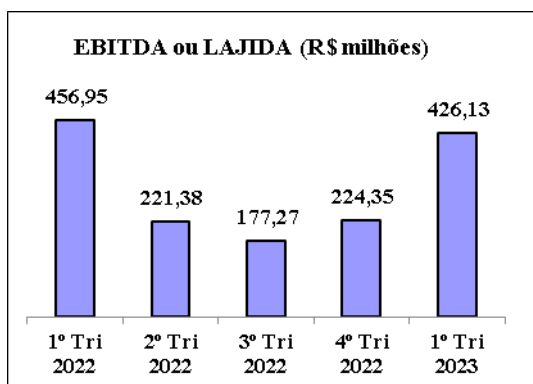


Linhas de Negociação que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

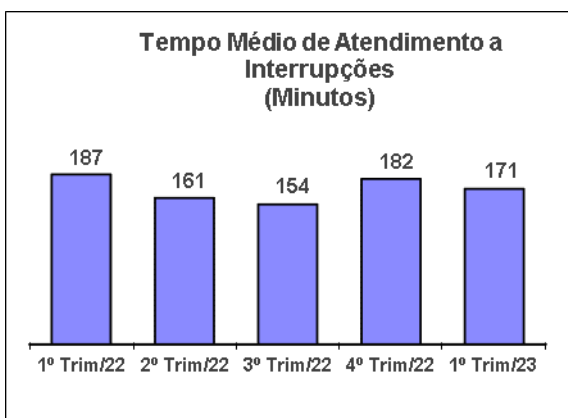
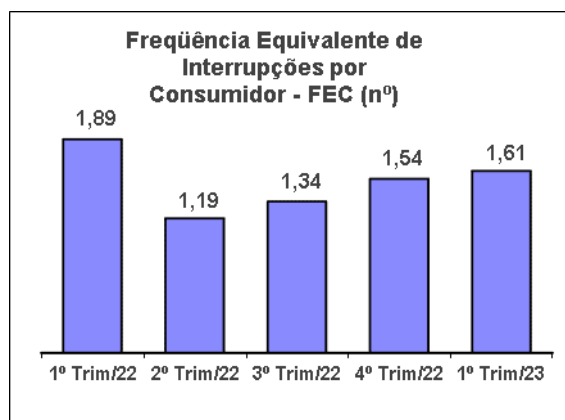
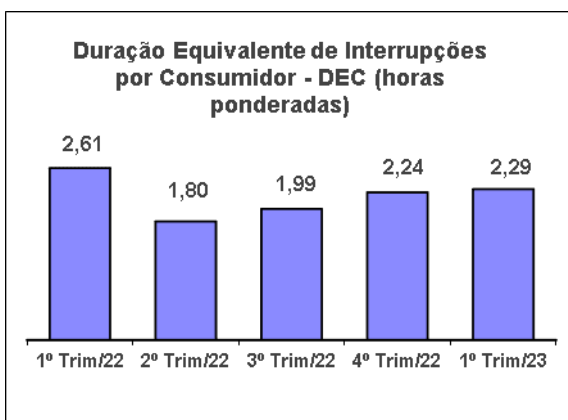
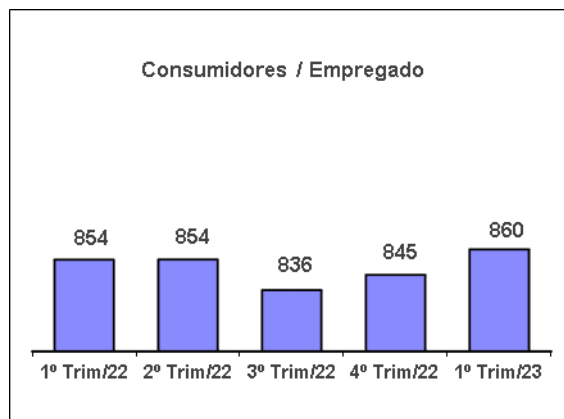
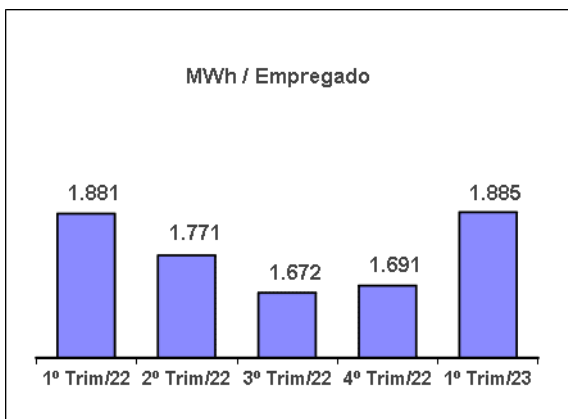


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Indicadores de Desempenho que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 12 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2023.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Ivécio Pedro Felisbino Filho
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2023.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Ivécio Pedro Felisbino Filho
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0